



Embrapa Clima Temperado

## EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA PREGÃO ELETRÔNICO - EMBRAPA Nº 90002/2026			
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Limpeza e Conservação nas dependências da Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas/RS.			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço		MODO DE DISPUTA: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e fechado	
DATA DE ABERTURA: 19/05/2026 às 09:30h, sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>			
VALOR TOTAL ESTIMADO: Em conformidade com o Art. 17, § 4º, do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA EMBRAPA(RLCC), Norma nº 037.011.003.001, aprovado pela RC Nº 277, de 21.03.2024 e publicado no BCA Nº 16, de 28.03.2024, o valor estimado será sigiloso.			
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026/2027, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 135031 Fonte: 100 Programa de Trabalho: Gestão Elemento de Despesa: 339039-78			
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Facultativa	Minuta Contratual (Anexo XVI)	Por item <input type="checkbox"/> Preço Global Anual <input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos Específicos: Item 3 do Edital Demais: Veja Termo de Referência
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Prazo para envio da proposta/documentação
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro.
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ou IMPUGNAÇÕES AO EDITAL			
Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço <a href="mailto:cpact.sps@embrapa.br">cpact.sps@embrapa.br</a>			
DAS PROPOSTAS PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias a contar da sua apresentação			

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a **Embrapa** somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:
  - a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;
  - b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a **Embrapa** convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;
2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a **Embrapa** poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.
3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.
4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **Embrapa Clima Temperado**, sediado(a) na **BR 372, KM 78, Monte Bonito, Pelotas-RS**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço global anual**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade Pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma nº 037.011.003.001, aprovado pela RC Nº 277, de 21.03.2024 e publicado no BCA Nº 16, de 28.03.2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO** nas dependências da **Embrapa Clima Temperado**, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no *Termo de Referência (Anexo I)*. As categorias a serem empregadas no serviço são registradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme código 5143-20, 5142-05, 5199-35, 6220-10 e 4101-05, constante da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.

Item	Descrição do Posto	Qtde.
1	Servente de limpeza	18
2	Jardineiro	9
3	Encarregado	1
4	Coletor de Lixo	2
5	Lavador de veículos	2

Considerando a quantidade de empregados acima e baseando-se na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo da IN 05/2017-SEGES e IN 07/2018-SEGES, estimou-se os preços mensais e anuais abaixo conforme abaixo:

Descrição	Área Convertida m²/ dia	Produtividade média (m²)	Quantidade de pessoas dia	Mão de obra direta (R\$)	Rateio custo encarregado	Total
-----------	-------------------------	--------------------------	---------------------------	--------------------------	--------------------------	-------

ÁREA INTERNA	11.292	557	20,26			
ÁREA EXTERNA	14.938	15.400	0,97			
ESQUADRIAS	269	354	0,76			
JARDINS	15.708	1.745	9,00			
<b>Total</b>	<b>42.206</b>	<b>18.056,66</b>	<b>31,00</b>			

2.2. Os serviços serão prestados nas dependências da **Embrapa Clima Temperado**, situada na **Sede, BR 392, KM 78, Monte Bonito, Pelotas - RS; Estação Experimental Cascata (EEC), BR 392, KM 88, Cascata, Pelotas - RS; Estação Experimental Terras Baixas (ETB), Campus Universitário – Capão do Leão, RS.**, de **segunda a sexta-feira**, das **08h00 às 12h00** e das **13h00 às 17:00**, com intervalo para almoço das **12h00 às 13h00**, totalizando 40 horas semanais.

2.3. Descrições detalhadas, características do serviço, custos estimados e todas as demais condições necessárias ao conhecimento do serviço e a elaboração e apresentação das propostas, encontram-se no documento denominado *Termo de Referência* e são complementadas pelas informações constantes deste Edital e todos seus anexos.

2.4. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no *Termo de Referência*.

2.5. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. As pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

- penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela **Embrapa**, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- penalidade de impedimento de licitar e contratar, com fundamento na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- penalidade de declaração de inidoneidade com fundamento no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. Não poderão participar licitantes constituídas como Cooperativa, tendo em vista as disposições contidas no art. 10 da IN nº 05/2017/SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal (Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0) e a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União - TCU.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

- Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- Não será admitida (☒) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional

ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

- a) não admite a participação de empresas consorciadas ( ☒ ), vide letra "a" do item "3.10".
- b) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas ( ☐ ), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.
- c) estabelece o limite máximo de até  (  ) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela **Embrapa** e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este Pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

- a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências Editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

#### 4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento (menor preço) adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os custos da execução contratual serão detalhados mediante preenchimento pelas licitantes de planilha de custos e formação de preços anexa a este edital (Anexo III).

4.1.2. As licitantes, no preenchimento da planilha de custos e formação de preços, deverão observar o regime de tributação a que estão sujeitos e a incidência das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre o faturamento, nos termos da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

4.1.3. As licitantes submetidas ao regime de Lucro Real, ou seja, quando tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS nos termos da Lei nº 10.637, de 2002, e da Lei nº 10.833, de 2003, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, nos termos das Orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do então Ministério da Economia, sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, publicada em 10 de agosto de 2020 no Portal de Compras do Governo Federal e também disponível no sítio <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>>.

4.1.4. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, podem ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para PIS e CONFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

4.1.5. A comprovação das alíquotas médias efetivas deve ser feita, também, no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

4.1.6. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.7. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço a ser ofertado.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da **Embrapa**.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor (mensal, unitário, anual, total etc, conforme o caso) do item.
- b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do *Termo de Referência*: indicando, no que for aplicável, o modelo, marca, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de **90 (noventa) dias**, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no *Termo de Referência*.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, ou seja, **prestação de serviços de limpeza e conservação**, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

5.8. Afim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

<b>Convenção Coletiva de Trabalho - Referência Orçamentária do presente Edital</b>
<b>CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO MR078770/2025- NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO: RS000041/2026</b>

## 6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no *Termo de Referência*.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente Edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

### Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **1% (um por cento)**.

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances

enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, seguindo o critério de julgamento por menor preço.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"**

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

#### **Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"**

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

#### **Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte**

6.38. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### **Critério de Desempate**

6.43. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.44. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

#### **Da Negociação da Proposta**

6.45. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

6.45.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.45.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.46. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.47. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.45.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.48. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.49. Observado o prazo de que trata o item 4.8 do Edital, o Pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

#### **Envio da Proposta Final**

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do Pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022).

6.58. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

### **7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no *Termo de Referência*;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O Pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O Pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;

h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

i) Realizar ou consultar estudos setoriais;

j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)



7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da **Embrapa**, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no *Termo de Referência*.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no *Termos de Referência*.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no *Termo de Referência*, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **8. HABILITAÇÃO**

### **Consulta a Cadastros**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

### **Disposições Gerais sobre a Habilitação**

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



- 8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.5.4. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo Pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.(art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)
- 8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste Edital.
- 8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.
- 8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.(art. 39, §3º da IN 73/2022)
- 8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39,§ 5º, IN 73/2022)
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.
- 8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Habilitação Jurídica**

- 8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:
- 8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.19.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.19.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.19.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.19.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.19.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);
- 8.19.7. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no *Termo de Referência*.
- 8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;
- 8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

#### **Habilitação Técnica**

- 8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: **administra(administrou) serviço especializado de limpeza para órgão ou empresa cumprindo satisfatoriamente os compromissos assumidos pela empresa**;
- b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no *Termo de Referência*, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 8.23. Para a comprovação do disposto acima (8.21, "a"), será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo admitidos atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.
- 8.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma

concomitante.

8.25. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.26. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.27. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à **Embrapa** manter contato com a sociedade atestante.

8.28. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

#### **Qualificação Econômica-Financeira**

8.29. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.29.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.29.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.29.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.29.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.29.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.29.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.29.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.29.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em \_\_\_\_%(\_\_\_\_ por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação(\_\_\_\_);

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.(\_\_\_\_)

8.29.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.29.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.30. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.31. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.32. Para aplicação do disposto no item 8.31, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.33. A prorrogação do prazo constante do item 8.31 poderá ser concedida, a critério da **Embrapa**, após requerimento justificado da licitante.

8.34. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.35. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.35.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o Pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.35.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o Pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.35.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

#### **Regularidade Fiscal**

8.36. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

## 9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016).

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 11. ERROS OU FALHAS

11.1. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

( ) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(x) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do *Termo de Referência* e do contrato.

## 13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando a **Embrapa** convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## 14. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

14.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.

14.2. A CONTRATANTE deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.4. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

14.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da

licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS; e
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

14.5.1. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

14.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em *Termo de Cooperação Técnica* firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

14.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.12. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## 15. PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. fraudar a licitação;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. multa;

15.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da **Embrapa**, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

15.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, pelo prazo de 2 (dois) anos.

15.7. Qualquer conduta não prevista no item 15.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 15.12 a 15.24 deste Edital.

15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da **Embrapa**, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do Edital, o Pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

15.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

15.9.2. Após manifestação do licitante, o Pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

15.9.3. Caso o Pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

15.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

15.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

- a) todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;
- b) decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*);
- c) Edital cujas disposições foram infringidas;
- d) os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

15.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação do infrator;
- b) número e objeto do contrato ou Edital a que se refere;
- c) finalidade da intimação;
- d) indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do Edital descumpridas.
- e) as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do Edital a que se referem;
- f) estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- g) orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a **Embrapa**, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;
- h) informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

15.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

15.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

15.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à **Embrapa**, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

15.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

15.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.11.7 Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

15.11.8 Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

15.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

15.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

- a) a inexistência de prejuízos ou riscos à **Embrapa**;
- b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e
- c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

- a) a reincidência;
- b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e
- c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

15.13.1 No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

15.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no Edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*).

15.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

15.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

- I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;
- II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;
- III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;
- IV- A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

15.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

15.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

15.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

15.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (*Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC*).

15.18.3 O superior imediato (*Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC*) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

15.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

15.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a **Embrapa** de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (*Chefe-Geral nas UDs e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC*), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

15.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

15.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da **Embrapa**.

15.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a **Embrapa** poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

15.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (*Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC*), quando não houver prejuízos para a **Embrapa**, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

15.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

15.24. A prática de atos lesivos à **Embrapa** nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

15.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente Edital, podendo, ainda, constar do *Termo de Referência*.

## 16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à **Embrapa**, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à **Embrapa**, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da **Embrapa**.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a **Embrapa**, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em Edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à **Embrapa** resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

## **17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO Edital**

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

17.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

17.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do Pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

17.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à **Embrapa** a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da **Embrapa**: <https://www.embrapa.br/florestas/licitacoes>.

17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **18. DA VISTORIA DAS INSTALAÇÕES**

18.1. A licitante poderá vistoriar o local de execução dos serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o segundo dia útil anterior à data da abertura da sessão pública deste Pregão, junto ao Setor de Infraestrutura e Logística, pelo telefone (53) 3275-8277 ou e-mail [cpact.sil@embrapa.br](mailto:cpact.sil@embrapa.br), no horário de 08 às 11 horas pela manhã, e das 13 às 16 horas pela tarde.

18.2. Caso a licitante não venha a efetuar a vistoria, correrá por sua própria conta e risco a elaboração de sua proposta, não cabendo alegações de inexecutabilidade da proposta por desconhecimento das áreas onde os serviços serão executados.

## **19. DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

19.2. A **Embrapa** poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

19.3. A **Embrapa** poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

19.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da **Embrapa**.

19.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de **Pelotas/RS**, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

19.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ANEXO I - A - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR**

### **ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA**

### **ANEXO III - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

### **ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM INICIATIVA PRIVADA**

### **ANEXO V - MODELO DE CONTRATO**

### **ANEXO V - A - MATRIZ DE RISCO**

### **ANEXO VI - RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS**

### **ANEXO VII - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (Anexo XXII-A da IN 05/2017)**

### **ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

### **ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

### **ANEXO X - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

### **ANEXO XI - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**



Leandro Luís Garcia Aquino  
Chefe Adjunto de Administração  
Embrapa Clima Temperado

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização de ambientes, jardinagem, coleta de resíduos, lavagem de veículos e apoio operacional, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, bem como de todos os materiais, equipamentos, utensílios, ferramentas, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, nas dependências da Embrapa Clima Temperado.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Embrapa não dispõe em seu quadro funcional de empregados para execução de Serviços de Limpeza e Conservação nas dependências (Prédios e Instalações).

A contratação de Serviços de Limpeza e Conservação tem como premissa que as dependências (Prédios e Instalações) da Sede, ETB e EEC da Embrapa Clima Temperado estejam permanentemente limpas e conservadas, de modo a garantir condições mínimas de infraestrutura e trabalho, de proteção à saúde, ao meio ambiente natural e do trabalho, bem como a redução de resíduos poluentes no meio ambiente.

Dentro da rotina de trabalhos de pesquisa e apoio, surge a necessidade de movimentar, limpar e higienizar móveis e equipamentos entre os diversos prédios e salas da Unidade, com a finalidade de atender melhor o desenvolvimento dos processos executados. Sendo assim ainda que eventual, os serviços de movimentação de móveis e equipamentos são demandas correntes e necessitam de pessoal terceirizado para sua execução.

Considerando que o permissivo legal de contratação, pela Administração Pública, de prestação de serviços por execução indireta, dentre eles os de natureza continuada, ou seja, aqueles que, por sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro; assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o descumprimento da missão institucional. E considerando ainda que a Embrapa Clima Temperado possui atualmente um quadro restrito de funcionários, focados nas atividades fim da empresa, e que não possui em seu quadro funcional empregados com funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, a contratação de empresa para a execução dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar se justifica pela necessidade primordial e indispensável para a Embrapa Clima Temperado.

A solução adotada compreende a contratação integrada de serviços com fornecimento de materiais e insumos, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, por se tratar de alternativa mais eficiente, econômica e de melhor gestão contratual.

### 3. METODOLOGIA

3.1. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observados os dispositivos legais aplicáveis, notadamente os princípios e disposições da Lei nº 13.303/2016; da Lei nº 10.520/2002, no que couber; do Decreto nº 10.024/2019, no que couber; do Decreto nº 9.507/2018; das Instruções Normativas nº 05/2017 e nº 03/2018 da Secretaria de Gestão do Governo Federal; bem como do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa – RLCC (Norma 037.011.003.001), aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 172, de 20 de junho de 2018, publicada no BCA nº 34/2018, e demais normas aplicáveis.

3.2. A classificação das propostas será realizada pelo critério de menor preço global anual, sendo adjudicado o objeto à empresa licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas integralmente as exigências do edital e seus anexos.

3.3. O regime de execução será por empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, combustíveis, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução contratual dos serviços..

### 4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências da Embrapa Clima Temperado, com área construída de 37.171,74 m², distribuída nas seguintes áreas, instalações e prédios:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS – Estação Experimental da Cascata (EEC)
1	BROMATOLOGIA
2	CELEIRO, VESTIÁRIO, SECADOR E FITOTECNIA
3	CASA DO FEIJÃO
4	CASA DE APOIO DE ESTUFAS
5	CASINHA DO XISTO
6	PRÉDIO DOS PESQUISADORES
7	LABORATÓRIO NÚCLEO DE BIOEFICIÊNCIA
8	UNIDADE DE MULTIPLICAÇÃO GENÉTICA
9	LAB. LEITE MICROBIOLOGIA - LAB. QUALIDADE DO LEITE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS – Estação Experimental da Cascata (EEC)
10	GARAGEM, RAMPA, LAVAGEM E ELÉTRICA
11	CARPINTARIA - GARAGEM DOS ÔNIBUS
12	E.T.A. HIDRÁULICA
13	POSTO METEOROLÓGICO
14	CÂMARA CONSERVAÇÃO SEMENTES - SEC A GÁS - ADM
15	ANTIGA VETERINÁRIA
16	GALPÃO DE MÁQUINAS
17	GUARITA PORTÃO ENTRADA
18	GUARITA DA PONTE
19	GUARITA DA PALMA
20	ANTIGOS CAMPEIROS - UFPel

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS – Estação Experimental Terras Baixas (ETB)
1	LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO
2	CELEIRO, VESTIÁRIO, SECADOR E FITOTECNICA
3	CASA DO FEIJÃO
4	CASA DE APOIO AS ESTUFAS
5	CASINHA DO XISTO
6	PRÉDIO DOS PESQUISADORES
7	LABORATÓRIO NÚCLEO DE BIOEFICIÊNCIA
8	UNIDADE MULTIPLICAÇÃO GENÉTICA
9	LABORATÓRIO DO LEITE - MICROBIOLOGIA
10	GARAGEM, RAMPA, LAVAGEM E ELÉTRICA
11	CARPINTARIA E GARAGEM ÔNIBUS
12	E.T.A. – HIDRÁULICA
13	POSTO METEOROLÓGIA
14	CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE SEMENTES
15	ANTIGA VETERINÁRIA
16	GALPÃO DE MÁQUINAS
17	GUARITA DO PORTÃO PRINCIPAL
18	GUARITA DA PONTE
19	GUARITA DA PALMA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS – Estação Experimental Terras Baixas (ETB)
20	CERTON
21	SISPEL
22	ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS – SEDE
1	CENTRO DE CONVIVÊNCIA
2	LABORATÓRIO NÚCLEO BIOTECNOLOGIA
3	LABORATÓRIO MICROBIOLOGIA SOLO, FÍSICA SOLO, NUTRIÇÃO VEGETAL E SALA PESQUISADORES
4	BIBLIOTECA
5	MÁQUINAS AGRÍCOLAS SEDE
6	PRÉDIO DO SETOR DE CAMPOS EXPERIMENTAL SEDE – SCE
7	PRÉDIO GARAGEM SETOR DE LOGÍSTICA E GRÁFICA - SEDE
8	GERELAB
9	LABORATÓRIO CENTRAL ANALÍTICA E PÓS COLHEITA
10	PRÉDIO APÓIO A PESQUISA
11	PRÉDIO DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO
12	GUARITA SEDE
13	CASA DE APOIO
14	PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO
15	LABORATÓRIO ENTOMOLOGIA
16	AUDITÓRIO AILTON RASEIRA
17	SAGÃO PRÉDIO SEDE
18	AGROMETEOROLOGIA
19	PRÉDIO ALMOXERIFADO

4.2. As metragens das áreas físicas para a execução dos serviços são as seguintes:

TIPO DE ÁREA	ÁREA (M²)
Áreas Internas	20.385
Áreas Externas e Jardins	133.150
Esquadrias	5.908

4.3. As categorias a serem empregadas no serviço são registradas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, conforme código constante da Classificação Brasileira de Ocupações-CBO:

CBO: 5143-20 – Faxineiro - Auxiliar de limpeza, Servente de limpeza  
CBO: 4101-05 – Supervisor administrativo - Encarregado administrativo  
CBO: 5142-05 – Coletor de Lixo nos serviços de administração

CBO: 5199-35 – Lavador de veículos

CBO: 6220-10 - Jardineiro

4.4. Na busca de fatores que contribuam para a economicidade de seus recursos, tendo em vista as características das instalações prediais e as experiências conferidas nas contratações anteriores, a Embrapa/CNPMPF, diante das condições e regras de produtividade estabelecidas na IN MPOG N° 05/2017, estima que seja suficiente para a execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização um quantitativo de **32 (trinta e dois)** trabalhadores distribuídos conforme segue:

Item	Descrição do Posto	Quantidade
1	Encarregado	01
2	Servente de Limpeza - Pelotas	12
3	Servente de Limpeza - Capão do Leão	06
4	Lavador de veículos - Pelotas	01
5	Lavador de veículos - Capão do Leão	01
6	Coletor de Lixo - Pelotas	01
7	Coletor de Lixo - Capão do Leão	01
8	Jardineiro - Pelotas	05
9	Jardineiro - Capão do Leão	04

4.5. A contratação será realizada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com os serviços prestados de segunda a sexta-feira, conforme abaixo:

Início: 08h00

Pausa para descanso: das 12h00 às 13h00

Término: 17h00

4.6. A prestação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Embrapa, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou exclusividade com a contratante. A contratada é a única responsável pela gestão de seus empregados, inclusive quanto à contratação, substituição, supervisão, direção técnica e disciplinar, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução do contrato.

#### 4.7. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ÁREAS INTERNAS

##### 4.7.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.7.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc;

4.7.1.2. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

4.7.1.3. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

4.7.1.4. Lavar todos os banheiros com produtos especializados para higienização e limpar os espelhos;

4.7.1.5. Varrer, remover manchas e lustrear os pisos encerados de madeira/pedras/piso flutuante, mármore/granitos/emborrachados/cimento/paviflex, etc;

4.7.1.6. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, etc;

4.7.1.7. Limpar, usando pano úmido e desinfetante, as escadarias internas e externas, pisos em geral, passarelas e passadiços. Varrer e limpar, com pano úmido, o piso vinílico (paviflex);

4.7.1.8. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

4.7.1.9. Limpar as copas e seus mobiliários, tipo: geladeiras, fogões, microondas, cafeteiras, etc;

4.7.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico, sabonete líquido, desinfetante e o álcool gel os sanitários, e ainda, quando solicitado pelo Fiscal do Contrato;

4.7.1.11. Abastecer as copas, sempre que necessário com a reposição, papel-toalha, detergente biodegradável, multiuso, álcool em gel, esponjas de aço, esponjas para lavar louças, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, panos de chão;

4.7.1.12. Lavar todas as áreas, destinadas ou não ao público, incluindo mármore, mosaico, cerâmica, portas, azulejos, vidros, esquadrias, luminárias e toda a parte cimentada;

4.7.1.13. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

4.7.1.14. Passar lustra-móveis nas mesas, armários e demais envernizados/madeira, etc.

4.7.1.15. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos na cor apropriada, de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

4.7.1.16. Deverá ser realizada a coleta seletiva dos resíduos recicláveis, sempre que couber, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, com o Decreto nº 10.936/2022 e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS da Embrapa Clima Temperado, observando-se a segregação dos resíduos na fonte geradora, a separação entre materiais recicláveis e orgânicos e a adequada identificação e acondicionamento em recipientes ou sacos plásticos conforme padronização de cores e orientações da contratante;

4.7.1.16.1. Os materiais recicláveis deverão ser separados para o recolhimento pelas cooperativas e/ou associações cadastradas pela Contratante;

4.7.1.17. Limpar os corrimãos;

4.7.1.18. Limpar cestos de papéis usados, lixeiras de Coleta Seletiva, Coletores de Copos, cinzeiros externos e outros necessários;

4.7.1.19. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, devidamente higienizados com álcool, utilizando panos limpos fornecidos pela Contratada;

4.7.1.20. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

4.7.1.21. Regar plantas nas áreas internas;

4.7.1.22. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;

4.7.1.23. Recolocar, rigorosamente em seus devidos lugares todos os equipamentos e/ou materiais removidos, após quaisquer trabalhos de limpeza;

4.7.1.24. Limpar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes.

4.7.1.25. Fazer a separação e acondicionamento de materiais recicláveis, tipo: vidro, papel, lâmpadas, plástico, metal e material orgânico.

4.7.1.26. Realizar a movimentação e recolhimentos de móveis, equipamentos e utensílios dentro da Unidade, quando demandado pelo Setor de Patrimônio e Suprimentos e/ou Fiscal do Contrato.

##### 4.7.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.7.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

4.7.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias face interna/externa, portas revestidas de fórmica, de divisórias, de madeira, blindex e vidros em divisórias face interna e externa;

- 4.7.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 4.7.2.4. Limpar móveis de revestimento de resina sintética;
- 4.7.2.5. Limpar persianas, cortinas, grades e pedestais com equipamento próprio;
- 4.7.2.6. Lustrar todo o mobiliário envernizado, estações de trabalho e outros mobiliários com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- 4.7.2.7. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 4.7.2.8. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- 4.7.2.9. Limpar com pano úmido as plantas ornamentais, naturais, artificiais e polir com líquido próprio os respectivos vasos;
- 4.7.2.10. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- 4.7.2.11. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- 4.7.2.12. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool e limpa vidros, duas vezes por semana;
- 4.7.2.13. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido ou seco nas molduras em geral;
- 4.7.2.14. Vasculhar com espanador paredes e tetos;
- 4.7.2.15. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### **4.7.3. MENSALMENTE, UMA VEZ**

- 4.7.3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 4.7.3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;
- 4.7.3.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 4.7.3.4. Limpar persianas com produtos adequados;
- 4.7.3.5. Remover manchas de paredes;
- 4.7.3.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- 4.7.3.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

#### **4.7.4 ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 4.7.4.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas;
- 4.7.4.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- 4.7.4.3. Lavar pelo menos duas vezes por ano, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

### **4.8. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ÁREAS EXTERNAS**

#### **4.8.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 4.8.1.1. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- 4.8.1.2. Varrer as áreas pavimentadas;
- 4.8.1.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas externas e jardins;
- 4.8.1.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 litros, removendo-os para local indicado pela Contratante;
- 4.8.1.5. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995 e obedecendo as orientações da GERECCICLE, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente;
- 4.8.1.6. Os materiais recicláveis deverão ser separados para o recolhimento pelas cooperativas e/ou associações cadastradas pela Contratante;
- 4.8.1.7. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;
- 4.8.1.8. Varrição dos gramados externos e vias pavimentadas internas que circulam os prédios.

#### **4.8.2. TRIMESTRALMENTE, UMA VEZ**

- 4.8.2.1. Limpeza dos telhados, calhas e bueiros, retirando detritos de animais, folhas e outros acumulados, desobstruindo se necessário as canalizações de águas pluviais e telhados, utilizando necessariamente, os dispositivos de segurança;
- 4.8.2.2. Remover a cera dos pisos com removedor apropriado, aplicar impermeabilizante acrílico plastificante, selador, cera antiderrapante, sendo todos produtos de alta qualidade e performance;
- 4.8.2.3. Lustrar, com polidor de metais próprio, todas as superfícies metálicas, inclusive letreiros e placas existentes internamente e externamente;
- 4.8.2.4. Aplicar cal nos meio fios dos estacionamento com material fornecido pela Contratada.

#### **4.8.3. SEMESTRALMENTE**

- 4.8.3.1. Limpar, engraxar e/ou lubrificar portas, basculantes, caixilhos e janelas em alumínio tipo veneziana, utilizando produtos e equipamentos adequados;
- 4.8.3.2. Limpar as paredes externas laterais revestidas de cerâmica, marquise, mármore e outros, utilizando necessariamente, os dispositivos de segurança.

### **4.9. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ESQUADRIAS INTERNAS**

#### **4.9.1. QUINZENALMENTE, UMA VEZ**

- 4.9.1.1. Limpar forros, paredes, divisórias e rodapés;
- 4.9.1.2. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 4.9.1.3. Limpar persianas com produtos adequados;
- 4.9.1.4. Remover manchas de paredes, portas e divisórias face interna/externa e vidros em divisórias face interna/externa;
- 4.9.1.5. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, dobradiças dos banheiros, caixilhos, janelas de ferro, etc.).

### **4.10. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ESQUADRIAS EXTERNAS**

#### **4.10.1. QUINZENALMENTE, UMA VEZ**

- 4.10.1.1. Limpar os vidros (de baixo alcance) (face interna), aplicando-lhes produtos anti-embacantes e utilizando equipamentos especializados (escadas e EPI's necessários para sua execução).

#### **4.10.2. SEMESTRALMENTE, UMA VEZ**

- 4.10.2.1. Limpar fachadas envidraçadas internas e externas (de baixo alcance), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embacantes.

### **4.11. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS DE JARDINAGEM**

#### **4.11.1. DIARIAMENTE, QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 4.11.1.1. Recolher todas as folhas caídas das palmeiras;
- 4.11.1.2. Retirar papéis e plásticos das áreas verdes;

#### **4.11.2. SEMANALMENTE, TRÊS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 4.11.2.1. Regar plantas em vasos em área interna ou externa.
- 4.11.2.2. Regar plantas sensíveis à falta d'água em externa no período de estiagem.

#### **4.11.3. BIMESTRALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO**

- 4.11.3.1. Realizar capina de plantas daninhas dos jardins, seja em catação dentro dos gramados ou na sub copa de herbáceas, arbustos ou árvores.
- 4.11.3.2. Cortar a grama dos jardins mantendo-a baixa e nivelada com roçadeira manual ou roçadeira tratorizada.
- 4.11.3.3. Realizar capina de 20 cm nos meios-fios e cercas que circundam os jardins, mantendo os limpos e isentos de vegetações espontâneas.
- 4.11.3.4. Realizar capina de 50 cm e roçagem numa faixa de três metros entorno de casas de vegetação e das cercas que os limitam.
- 4.11.3.5. Realizar podas de topiaria, de limpeza e de adequação em plantas de altura inferior a seis metros.
- 4.11.3.6. Recolher os restos vegetais oriundos do corte de grama, capina ou de podas e com auxílio de trator e carreta encaminhar para local indicado pelo

- Fiscal.
- 4.11.3.7. Realizar a retirada de plantas mortas;
- 4.11.3.8. Recolher folhas caídas de árvores acumuladas da varrição das vias, calçadas e gramados.
- 4.11.3.9. Sinalizar o local com cones e com cavaletes que possuam indicação de Atenção, sempre que utilizar roçadeira ou equipamentos que lancem detritos.
- 4.11.3.10. Realizar controle químico de pragas, doenças e ervas daninhas, quando necessário.

#### 4.11.4. TRIMESTRALMENTE, UMA VEZ

- 4.11.4.1. Realizar adubações de cobertura conforme indicação do fiscal;
- 4.11.4.2. Realizar plantio de reposição de mudas e grama; quando necessário;

#### 4.12. TAREFAS BÁSICAS DO ENCARREGADO

O encarregado desenvolverá no mínimo as tarefas abaixo discriminadas:

- 4.12.1. Elaborar, ouvida a fiscalização da Contratante, um quadro com equipes e tarefas respectivas, observando, sempre, as condições e prazos estipulados no Contrato, cuja cópia será mantida em seu poder;
- 4.12.2. Controlar a execução dos serviços contratados vistoriando os locais de execução, a qualidade e quantidade de materiais utilizados, comunicando ao Fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;
- 4.12.3. Controlar a frequência dos empregados;
- 4.12.4. Manter, no local de execução dos serviços, todos os equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho das atividades;
- 4.12.5. Cumprir jornada de trabalho, igual à dos demais empregados;
- 4.12.6. Providenciar, junto à Contratada, a imediata substituição de quaisquer dos empregados, em casos de faltas e /ou licenças, independente da quantidade de dias e comunicar a Contratante até às 8:00hs do mesmo dia;
- 4.12.7. Responsabilizar-se pelo controle e distribuição de equipamentos, ferramentas e todos os materiais utilizados na execução dos serviços.
- 4.12.8. Fiscalizar e orientar para que as atividades sejam realizadas em conformidade com as normas de segurança, garantido que os empregados utilizem os EPIs adequados.

#### 4.13. UNIFORMES

4.13.1. A Contratada deverá fornecer, semestralmente/anualmente e impreterivelmente, os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, conforme abaixo relacionados e de acordo com a categoria funcional, observando-se, ainda, os quantitativos e periodicidades previstos na planilha de formação de preços.

##### 4.13.1.1. Semestralmente - na primeira quinzena de cada semestre

**Para os serventes, coletores de resíduos e lavadores de veículos:**

- a) 02 calças - em tecido 100% algodão ou malha
- b) 02 camisas/blusas - em tecido 100% algodão ou malha fria
- c) 02 pares de sapato PU de segurança - C.A 7136/7137
- d) 01 par de bota de borracha PVC, meio cano - C.A 42291

**Para o encarregado:**

- a) 02 camisas/blusas - em tecido 100% algodão ou malha fria
- b) 02 pares de sapato PU de segurança - C.A 7136/7137 (fornecimento anual)

##### 4.13.1.2. Anualmente - na primeira quinzena do ano

- a) 01 agasalho para frio para cada empregado
- b) 01 jaqueta de nylon para cada empregado
- c) 01 crachá de identificação em PVC para cada empregado

**Para os jardineiros, além dos itens acima, deverão ser fornecidos, anualmente:**

- d) 02 aventais de napa
- e) 02 protetores auditivos tipo concha
- f) 02 óculos de proteção
- g) 02 perneiras de proteção
- h) 02 protetores faciais

4.13.2. Os uniformes e calçados deverão ser confortáveis, de boa qualidade e adequados às atividades desempenhadas, podendo ser rejeitados pela Contratante caso não atendam às especificações estabelecidas, especialmente quanto à qualidade, ergonomia, durabilidade e segurança.

4.13.3. A Contratada deverá fornecer, gratuitamente, uniformes e EPIs aos empregados, de acordo com sua categoria funcional, em quantidade suficiente para garantir sua adequada utilização durante toda a execução contratual, vedado qualquer repasse de custos aos trabalhadores.

4.13.4. O fornecimento dos uniformes e EPIs deverá ocorrer no primeiro mês de cada ano de execução contratual, enquanto perdurar a prestação dos serviços, devendo ser entregues, no máximo, até o 10º (décimo) dia daquele mês, ressalvado o primeiro ano, em que todos os empregados deverão iniciar as atividades devidamente uniformizados.

4.13.5. A Contratada deverá promover a substituição dos uniformes e EPIs sempre que estes não apresentarem condições adequadas de uso, conservação, higiene e segurança, independentemente do prazo previsto.

4.13.6. Os uniformes e EPIs deverão ser entregues a todos os profissionais na presença da fiscalização do contrato, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser encaminhada ao setor responsável pela gestão contratual.

4.13.7. É vedada a distribuição de uniformes usados aos empregados vinculados aos serviços contratados, bem como o repasse de quaisquer custos a estes.

4.13.8. Em caso de funcionária gestante, a Contratada deverá fornecer uniformes apropriados em até 15 (quinze) dias após comunicação formal da fiscalização do contrato, substituindo-os sempre que necessário.

#### 4.14. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DE MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
1	água sanitária, composição química hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50, classe corrosivo classe 8, número risco 85, risco saúde 3, corrosividade 1, peso molecular cloro 74,50, densidade de 1,20 a 1, incolor, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias, tipo comum, galão de 5 litros - BR 226700	Galão	40
2	álcool etílico hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação líquido - BR 269941	Caixa c/12 litros	5
3	balde com espremedor para bruxa, capacidade 14 litros, cor verde. dimensões: 43 x 29 x 30cm. material balde: polipropileno e metal, material espremedor polipropileno - BR 94382	Unidade	03

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
4	cera líquida auto brilho para piso incolor, galão de 5 litros, composição: dispersão estireno acrílica metalizada, resina fumárica, emulsão de polietileno, solvente, plastificante, coadjuvante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona e 2-metil-4-isotiazolin-3-ona, atenuador de espuma, fragancia e água. marca: brilho fácil, poliflor ou melhor qualidade. - BR 17205	Galão c/5litros	03
5	desentupidor de pia, medindo: 14,5x9,5x9,5cm. grande poder de sucção - BR 72656	Unidade	01
6	desentupidor de vaso sanitário, medindo: 53x14,5x14,5cm. grande poder de sucção - BR 102598	Unidade	01
07	desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, princípio ativo cloreto alquil dimetil benzil amônio +tensoativo catiônico, além de sequestrante, conservante, opacificante, atenuador de espuma, controlador de ph, fragancia e veículo. componente ativo: 0,38% de cloreto de benzil alquil dimetil amônio / cloreto de didecil dimetilamônio. fragrância: lavanda. galão de 5 litros - BR 424175	Galão	20
08	desodorante / aromatizante de ambiente, tipo aerosol, aroma lavanda, uso geral, características adicionais biodegradável frasco 360 ml - BR 234431	Unidade	12
09	desodorizador sanitário (pedra sanitária), composição paradicloro benzeno,essência e corante, peso líquido 35 g, aspecto físico tablete sólido, características adicionais suporte plástico para vaso sanitário - BR 234737	Unidade	60
10	detergente, composição tesoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, características adicionais contém tensoativo biodegradável, galao com 5 litros - BR 226698	Galão c/5litros	10
11	escova limpeza geral, material corpo plástico, material cerdas polipropileno, características adicionais copo plástico, medindo 12x34,5x12cm, aplicação vaso sanitário - BR 331870	Unidade	04
12	espanador, material penas, material cabo madeira, comprimento cabo 40, características adicionais torneado e reforçado - BR 314565	Unidade	02
13	esponja de lã de aço fina, para limpeza em geral. composição: aço carbono. pct 60g (8 unid). marca: bombril, assolan, ou melhor qualidade. BR 252531	Pacote	10
14	esponja para limpeza, dupla face, material manta não tecido de fibras sintéticas, unidas com resina a prova dagua, impregnada com mineral abrasivo e aderida a espuma de poliuretano com bactericida: abrasividade mínima media, aplicação em utensílios domésticos, formato retangular 102 x69 x 28 mm - BR 151041 ou de melhor qualidade.	Unidade	50
15	limpa vidro, aspecto físico líquido, preparado à base de tensoativos aniônico e não iônico, solventes, sequestrante, conservante, coadjuvante, corante, fragrância e veículo. galão de 5 litros - BR 242252	Galão c/5litros	03
16	lustra móveis, componentes base de silicone, aroma lavanda, aplicação móveis e superfícies lisas, aspecto físico líquido, frasco com 200ml - BR 299646	Unidade	15



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
17	naftaleno, aspecto físico esferas brancas, de odor característico, peso molecular 128,17, fórmula química $C_{10}H_8$ , grau de pureza em torno de 95%, número de referência química cas 91-20-3 - BR 347886	Pacote c/50gr.	10
18	pá coletora lixo, material coletor plástico resistente, material cabo aço revestido com plástico, comprimento cabo 85, comprimento 20, largura 25, modelo sem tampa, características adicionais perfil de borracha, cabo e coletor em ângulo de 90° - BR 395513	Unidade	03
19	pano branco para limpeza, tipo saco, 100% algodão alvejado, medidas 60cm x 80 cm, peso mínimo de 100g/unid. características adicionais gramatura 160g/m, alvejado. BR 342131	Unidade	80
20	pano multiuso, 80% fibras de viscose, 20% poliéster, medidas 50x33cm, pacote com 5 unidades – BR 235661	Pacote	30
21	papel higiênico em rolo, material 100% celulose virgem, comprimento 300 metros, largura 10cm, quantidade folha simples, cor branca, características adicionais extra macio, não picotado - BR 297836	Rolo	35
22	papel higiênico super macio, com folha dupla, de alta qualidade, material celulose vegetal, rolos de 30 metros com largura de 10 cm, composição 100% fibras naturais, sem perfume. pacote com quatro unidades. - BR 364307	Pacote c/4unid.	64
23	refil de algodão para limpeza (bruxinha), branco, para cabo rosqueável - BR 30279	Unidade	03
24	sabão barra, composição básica sais + ácido graxo, tipo com alvejante, características adicionais com perfume, barra com 200 gramas, formato retangular, cor azul, pacote com 5 x 200g - BR 277895	Pacote	01
25	sabão em pó, de 1ª qualidade, biodegradável, com amaciante, acondicionado em caixa ou sachê com 500g. o produto deverá estampar no rótulo a frase "produto notificado na Anvisa/ms", o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do sac (serviço de atendimento ao consumidor). número de lote, data de fabricação e prazo de validade do produto presente no corpo ou no rótulo da embalagem - BR 226795	Pacote	10
26	sabonete líquido, aspecto físico líquido cremoso perolado, cor verde claro, odor erva doce, acidez 6,50 a 7,50, teor ativos 10,50 a 11,50, galão com 5 litros - BR 225731	Galão c/5 litros	12
27	sabonete sólido suave, ph entre 5,5 e 8,5, tablete com 90 gramas. BR 297943	Dúzia	02
28	saco descartável para aspirador pó, material polipropileno, capacidade 10, uso coleta lixo não reciclável, aplicação aspirador pó hidrovac a-20 - BR 327878	Unidade	01
29	saco plástico lixo, capacidade 100 litros, largura 75, altura 105, normas técnicas classe i - nbr 9191:2008, fabricado em polietileno de alta densidade virgem (material não reciclado), 0,10 micras de espessura, ultra resistência, cor preta, com solda de fundo tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme. pacote com 100 unidades - BR 253730	Pacote	10

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. MENSAL
30	saco plástico lixo, capacidade 130 litros, largura 90cm, altura 105cm, espessura 0,12 micra, para acondicionamento de resíduos domiciliares (classe i), fabricado em polietileno de alta densidade virgem, ultra resistência, cor preta, com solda de fundo tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme. deverá estar de acordo com a norma abnt nbr 9191:2008, embalagem com 50 unidades. - BR 314223	Pacote	10
31	saco plástico lixo, capacidade 40 litros, largura 53, altura 57, normas técnicas classe i - nbr 9191:2008, fabricado em polietileno de alta densidade virgem(material não reciclado), 0,08 micras de espessura, ultra resistência, cor preta, com solda de fundo tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme. pacote com 100 unidades - BR 328296.	Pacote	10
32	saco plástico lixo, capacidade 60 litros, cor preta, largura 63, altura 70, espessura 0,008 micra, aplicação coleta de lixo, fabricado em polietileno de alta densidade virgem(material não reciclado), devesa estar de acordo com a norma abnt nbr 9191:2008, pacote com 100 unidades - BR 328297	Pacote	10
33	saponáceo líquido frasco com 300 ml. composição: produto preparado à base de hipoclorito de sódio, lauril sulfato de sódio, coadjuvantes, tensoativo não iônico, alcalinizantes, abrasivo, sequestrante, fragrância e veículo. princípio ativo: hipoclorito de sódio - máximo 2,2% p/p de cloro ativo, aplicação limpeza, aspecto físico cremoso - BR 397370	Frasco	12
34	tela odorizante, material borracha, tipo uso mictório, cor azul, odor lavanda, características adicionais biodegradável, 185mm x 160mm - BR 326030	Unidade	10
35	toalha de papel em bobina premium, material papel, tipo folha simples, comprimento 200 metros, largura 20 cm, cor branca, características adicionais 100% fibras celulósicas - BR 290376	Rolo	40
36	toalha de papel premium, material celulose (100% fibras naturais) branca, tipo folha interfolha, 2 dobras, comprimento 23, largura 20, características adicionais descartável, ref.7333, macio e absorvente, aplicação em toaletes, pacote 1000 unidades - BR 389042	Pacote	80
37	vassoura, material cerdas náilon, material cepa polipropileno, comprimento cepa 25, características adicionais com ponteira alça, cabo rosqueado de 1,20 m - BR 406214	Unidade	06
38	vassourinha, material cerda naylon, material cabo plástico, aplicação limpeza sanitário - BR 278323	Unidade	02
39	luva de borracha, tamanho grande	Embalagem c/ 1 par	50
40	luva de borracha, tamanho médio	Embalagem c/ 1 par	50
41	luva de couro, tamanho grande.	Embalagem c/ 1 par	04
42	rodo de plástico, tamanho 40 cm, c/ 2 borrachas	Unid.	03

Os quantitativos acima possuem caráter estimativo e foram considerados para a formação dos custos na planilha de preços, devendo a contratada assegurar o fornecimento integral dos insumos necessários à execução dos serviços, independentemente de variações de consumo.

#### 4.15. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DE EQUIPAMENTO DE LIMPEZA E JARDINAGEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE ANUAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE ANUAL
1	Lavadora de alta Pressão	Unid.	3
2	Roçadeira motorizada Costal	Unid.	4
3	Máquina de cortar grama de 4 rodas à gasolina	Unid.	3
4	Aspirador de pó e água	Unid.	6
5	Carrinho de mão	Unid.	6
6	Vassoura plástica para varrição de folhagens	Unid.	12
7	Escada 3 Degraus	Unid.	3
8	Escadas 7 Degraus	Unid.	3
9	Escadas 11 Degraus	Unid.	3
10	Fita plástica de sinalização	Unid.	12
11	Placas de sinalização piso molhado	Unid.	12
12	Mangueira jardim alta resistência e flexível com 50 metros	Rolo	6
13	Cavadeira reta com cabo de 150 cm	Unid.	2
14	Kit EPIs Roçadeira (Avental, abafador de ruído, óculos, perneira e proteção facial)	Unid.	18
15	Soprador de Grama à gasolina	Unid.	3
16	Carrinho de 4 rodas para lixo	Unid.	2

**4.15.1.** Os quantitativos indicados na coluna "QTDE ANUAL" correspondem à **periodicidade obrigatória de substituição dos equipamentos**, considerada para fins de composição de custos na planilha de formação de preços.

**4.15.2.** A contratada deverá substituir os equipamentos na periodicidade indicada neste Termo de Referência, **independentemente do seu estado de conservação, funcionamento ou tempo de uso**, não sendo admitida a prorrogação de sua utilização sob qualquer justificativa.

**4.15.3.** A substituição periódica não afasta a obrigação da contratada de realizar a **substituição imediata** dos equipamentos que apresentarem defeito, desgaste excessivo ou desempenho insuficiente antes do prazo previsto.

**4.15.4.** Todos os equipamentos deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso durante toda a execução contratual, cabendo à contratada sua manutenção preventiva e corretiva, sem prejuízo da substituição obrigatória nos prazos estabelecidos.

**4.15.5.** A utilização de equipamentos em condições inadequadas, improvisadas ou que comprometam a qualidade e segurança dos serviços não será admitida, devendo a contratada proceder à sua imediata substituição.

#### 4.16. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DE MATERIAL DE JARDINAGEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE. ANUAL
1	Gasolina para roçadeira	Litro	1.200
2	Fio de nylon para roçadeira	Carretel 250 m	12
3	Lâmina de roçadeira	Unid.	16
4	Óleo dois tempos	Litro	26

#### 5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Além das condições abaixo, o licitante deverá observar as exigências de habilitação previstas no Edital, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e, subsidiariamente, na Instrução Normativa nº 05/2017, no que couber.

5.1. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante

sucursal, filial ou agência;

5.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

5.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

5.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

5.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

5.1.10. Após a apresentação de tais documentos o Pregoeiro examinará a compatibilidade entre o ramo de atividade da licitante e o objeto desta licitação, o que poderá ser verificado, inclusive, pelo pregoeiro por intermédio do Código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) constante na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica da licitante junto à Receita Federal.

5.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

5.3. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

5.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste pregão, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:

5.3.1.1. Sendo o número de postos de trabalho a ser contratado inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação conforme fixado nas alíneas c.2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017).

5.3.1.2. Para a comprovação do disposto acima, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo admitidos atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

5.3.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

5.3.2. Declaração do licitante de que possui ou instalará escritório ou estrutura operacional na região de execução dos serviços, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da vigência do contrato.

5.3.3. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

5.3.4. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.3.5. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

5.3.6. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

5.3.7. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

5.4. Para demonstração da qualificação econômico-financeira, será exigida a seguinte documentação, observadas as disposições da Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017, no que couber:

5.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

5.4.1.1. A Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial e a Certidão negativa de execução patrimonial sem prazo de validade, será considerada válida, pela Embrapa, pelo prazo de 60(sessenta) dias corridos a contar da data de sua emissão.

5.4.1.2. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

5.4.3. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

5.4.4. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

5.4.4.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

5.4.4.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

5.4.4.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.4.5. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c” acima, observados os seguintes requisitos:

5.4.5.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

5.4.5.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

5.5. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

5.6. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

5.7. Para aplicação do disposto no item 5.6, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

5.8. A prorrogação do prazo constante do item 5.6 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

5.9. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.10. Os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

5.11. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

5.12. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoa física, ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, no caso de pessoa jurídica.

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

5.13. Será exigida, ainda, a seguinte documentação complementar:

5.13.1. Regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis/CGU, a ser verificada no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>).

5.13.2. Regularidade no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, a ser verificada no portal do Conselho Nacional de

## 6. OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 6.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - a) O valor do custo de transporte dos empregados da contratada serão reembolsados mediante comprovação do fato gerador dos mesmos ( vale transporte / transporte terceirizado especializado). Salienta-se que se a contratada optar pelo serviço de transporte terceirizado , a empresa reembolsará até o limite do valor que seria empregado com o custo para aquisição dos vales transportes.
- 6.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 6.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
  - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 6.8. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
  - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.
  - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade.
  - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
  - d) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os uniformes, materiais e equipamentos, necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
  - 7.1.1. Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados, novos de primeiro uso e boa qualidade.
- 7.2. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
- 7.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 7.4. Responder, nos prazos, legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual (EPI) e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 7.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante;
- 7.6. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato;
- 7.7. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 7.8. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação dos serviços, com o intento de verificar as condições em que os mesmos estão sendo prestados;
- 7.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução dos serviços;
- 7.10. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da Contratante, substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, qualquer que incorra em atitudes consideradas inconvenientes e inadequadas pela Fiscalização;
- 7.11. Recrutar, selecionar e encaminhar à Contratante os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- 7.12. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
- 7.13. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a Fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços;
- 7.14. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 7.15. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados assumindo todas as responsabilidades e tomando as medidas necessárias ao atendimento das necessidades surgidas em decorrência de férias, ausências legais, acidentes (de trabalho ou não), enfermidades, mal súbito, e todos os outros relacionados a gestão de pessoas de seu quadro funcional;
- 7.16. Instruir seus empregados quanto aos protocolos de prevenção de acidentes e de incêndios;
- 7.17. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as consequências havidas, permitindo à Contratante o acesso ao controle de frequência, para isso deverá implantar Registro Eletrônico de Ponto (REP);
- 7.18. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- 7.19. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da Contratante documento informativo dos procedimentos, normas, e protocolos de segurança adotados pela empresa, assim como orientações da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) da empresa (quando houver) e da Embrapa;
- 7.20. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Embrapa, por meio próprio terceirizado especializado e ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário ou horários diferenciados; Se a empresa optar por transporte terceirizado especializado, será necessário que o transporte contrate seguro para os seus passageiros.
- 7.21. Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal, bem como o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 7.22. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária de livre escolha do empregado;
- 7.23. Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, entregando, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 7.24. Selecionar e treinar adequadamente os empregados, garantindo que todos tenham os cursos e qualificações adequadas para a prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de antecedentes criminais e o comportamento social moral e cordial;
- 7.25. Responsabilizar-se exclusivamente por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor e suas atualizações, bem como as atualizações das CCT, solicitando a repactuação contratual quando pertinente, e respondendo civil e criminalmente a eventuais demandas judiciais;
- 7.26. Fornecer à Contratante no início da prestação dos serviços e sempre que solicitado, todos os documentos necessários à comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, bem como qualquer documento de quaisquer de seus empregados designados para prestar serviços junto à Contratante;
- 7.27. Substituir o empregado que se ausentar, independente do motivo, sem qualquer adicional para a Embrapa;

7.28. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados ou prepostos às instalações, patrimônio e pessoal da Contratante, procedendo, imediatamente, a reparação do dano;

7.29. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos sofridos pela Contratante em decorrência de furtos, roubos, depredações ou outros danos materiais, quando resultarem de negligência, ou inadimplemento da Contratada, ou seu pessoal, de quaisquer disposições do contrato, devendo, dentro de 30 (trinta) dias corridos após cada evento, tomar as providências necessárias ao ressarcimento dos prejuízos causados;

7.30. Possuir efetivo para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que o trabalhador que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da Contratante;

7.31. Cuidar para que seus empregados mantenham disciplina e conduta compatíveis com o ambiente de trabalho, devendo, no mínimo, observar as normas legais e regulamentares da Contratante, zelar pela conservação do patrimônio público, guardar sigilo sobre assunto da repartição que tiver conhecimento, manter conduta compatível com a moralidade administrativa, tratar com urbanidade as pessoas, não retirar qualquer documento ou objeto da Embrapa, não promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da Embrapa, não cometer a pessoa não autorizada pela contratada o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade, não proceder de forma desidiosa e não utilizar recursos materiais da Embrapa em serviços ou atividades particulares;

7.32. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do contrato;

7.33. Treinar os empregados de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, antes do início da execução dos serviços, além de comprovar documentalmente estes treinamentos;

7.34. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos seus empregados, comprovando o fornecimento junto à Fiscalização quando solicitado, além de cumprir integralmente as prerrogativas estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº 06 do MTE e alterações posteriores;

7.35. Apresentar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional (PCMSO) ao Gestor do Contrato, quando assim estiver obrigada, sob pena de aplicação de multa;

7.36. Comunicar à Fiscalização qualquer alteração no quadro de pessoal que se encontra prestando os serviços a Embrapa;

7.37. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;

7.38. Disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

7.39. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação dos serviços durante a prestação dos serviços;

7.40. Não beneficiar-se indevidamente da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

7.41. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

7.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como férias, licenças, benefícios e auxílios como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

7.43. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante e dessa forma a Embrapa não se responsabilizará por sumiço ou quebra dos bens disponibilizados pela Contratada.

7.44. Fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços, inclusive material higiênico e de limpeza, sendo a Contratada responsável pela sua manutenção, guarda, utilização e distribuição. Tais equipamentos e materiais deverão ser da melhor qualidade e em quantidade suficiente à perfeita execução do objeto deste contrato;

7.45. Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados, novos de primeiro uso e boa qualidade;

7.46. Indicar quando da assinatura do contrato o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação na cidade onde os serviços serão prestados;

7.47. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.48. Utilizar exclusivamente empregados habilitados, aptos no manuseio dos materiais e uso dos equipamentos, para realização dos serviços contratados;

7.49. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

7.50. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

7.51. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

7.52. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

7.53. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços:

7.53.1. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração, Coordenador e Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

7.54. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Embrapa;

7.55. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

7.56. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Embrapa;

7.57. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

7.58. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Embrapa, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

7.59. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

7.60. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.61. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

7.61.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

7.61.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.61.3. Racionalização/economia no consumo de energia e água;

7.61.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

7.61.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

7.61.6. Adotar práticas destinadas à promoção de ambiente de trabalho seguro e livre de discriminação, assédio ou violência, em conformidade com a legislação vigente.

7.62. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

7.63. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores:

7.63.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

7.64. Manter os profissionais com jornada de 44h (quarenta e quatro horas) semanais nos horários pré determinados pela Embrapa;

7.65. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens da Embrapa e de terceiros;

7.66. Substituir o empregado que demonstrar atuação insatisfatória no desempenho de suas funções ou que, em razão de comportamento indevido, tenha a sua permanência em serviço considerada prejudicial ou inconveniente pela Embrapa, bem como daquele que se ausentar por motivo de atestado médico,

férias, ou qualquer outro motivo, sem qualquer ônus adicional para a Embrapa;

7.67. Relatar à Embrapa qualquer irregularidade observada nos postos, onde houver prestação dos serviços;

7.68. Responder pelos danos causados à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pela Embrapa.

7.69. Proibir a utilização dos telefones, sob a responsabilidade da Contratante, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;

7.70. Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos por empregado da Contratada ou qualquer prejuízo;

7.71. Manter o pagamento, pontualmente, dos encargos legais, das obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes de trabalho ou indenizações de qualquer natureza, seguro de vida a seus empregados, rigorosamente em dia.

7.72. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Embrapa, bem como atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do Contrato.

7.73. Realizar reuniões periódicas de orientação aos empregados.

7.74. Manter, durante a execução dos serviços, a área destinada à colocação de equipamentos, máquinas, armários e materiais diversos de limpeza, limpa e arrumada, segundo os padrões de segurança da Embrapa;

7.75. Dar integral cumprimento a sua proposta, cumprindo os cronogramas e programações de serviços, a qual passa a integrar este instrumento, independente de transcrição.

7.76. Credenciar-se no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.

a) Para fins de assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo, o fornecedor deverá se cadastrar no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.

b) O cadastramento se dará por meio de acesso ao link “Usuário externo – SEI” na página oficial da Embrapa ([https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)).

7.77. É expressamente vedado à Contratada:

a) A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante;

b) A subcontratação para execução do objeto do contrato;

c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo de comissão, seu cônjuge, companheiro(a) e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

## 8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação será determinado com base no quantitativo e descritivo de postos abaixo, considerando os salários e benefícios previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis a cada categoria funcional, bem como os encargos e direitos trabalhistas, a necessidade de reposição de pessoal para cobertura de férias e demais ausências, a provisão para pagamento de férias e 13º salário, licenças, afastamentos e outras eventualidades, devendo estar incluídos todos os custos com uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, materiais e equipamentos, além dos custos administrativos e financeiros, diretos e indiretos, necessários à plena execução dos serviços:

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço
			(D) = (B x C)		(F) = (D x E)
I Encarregado		1		1	
II Servente de limpeza Pelotas		1		12	
III Servente de limpeza Capão do Leão		1		6	
IV Lavador de veículos Pelotas		1		1	
V Lavador de veículos Capão do Leão		1		1	
VI Coletor de lixo Pelotas		1		1	
VII Coletor de lixo Capão do Leão		1		1	
VIII Jardineiro Pelotas		1		5	
IX Jardineiro Capão do Leão		1		4	
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)					
Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).					

8.2. O valor global estimado para a prestação dos serviços à Embrapa Clima Temperado, considerando o período de 12 (doze) meses, (sigiloso), já incluídos o lucro e todas as despesas que possam influir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

8.3. As licitantes deverão considerar, na formulação de suas propostas, todos os custos necessários à execução do objeto, observadas as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis e a legislação vigente.

8.3.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentem valores incompatíveis com os custos mínimos necessários à execução do objeto, especialmente aqueles relativos a salários, encargos sociais, benefícios obrigatórios, insumos, equipamentos e demais despesas inerentes à prestação dos serviços.

8.3.2. Verificada a ocorrência de indícios de inexequibilidade, a licitante será convocada a comprovar, no prazo a ser fixado pela Administração, a viabilidade de sua proposta, mediante apresentação de documentação que demonstre a compatibilidade dos custos com os preços ofertados.

8.3.3. A não comprovação da exequibilidade da proposta, ou a apresentação de justificativas insuficientes, ensejará a desclassificação da licitante, nos termos da legislação aplicável.

8.4. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de participação nos lucros



ou resultados da Contratada, de matérias não trabalhistas, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como preços para insumos relacionados ao exercício da atividade.

**8.5.** Não serão devidos, ressarcidos ou repactuados valores decorrentes de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos não previstos em lei ou que não guardem relação direta com a execução do objeto contratado.

**8.6.** É vedado à Administração vincular-se a disposições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos aplicáveis exclusivamente a contratos com a Administração Pública ou que estabeleçam benefícios não extensivos à totalidade das categorias profissionais abrangidas pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

## **9. PROPOSTA DE PREÇO**

**9.1.** A licitante deverá apresentar Proposta de Preço contendo todos os elementos necessários à adequada formação do valor da contratação, de forma clara, detalhada e compatível com o objeto, devendo contemplar, no mínimo:

- a) os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;
- b) a discriminação dos custos decorrentes da execução contratual, incluindo, no que couber, salários, encargos sociais e trabalhistas, benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, insumos, materiais, equipamentos, uniformes, EPIs, custos administrativos e demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto;
- c) a indicação dos sindicatos e das Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços, com as respectivas datas-base e períodos de vigência, em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;
- d) a produtividade adotada para a execução dos serviços, quando aplicável, devendo ser compatível com as condições de execução previstas neste Termo de Referência, sendo exigida a devida comprovação de exequibilidade nos casos em que divergir dos parâmetros utilizados pela Administração;
- e) a quantidade de pessoal a ser alocado na execução contratual, em conformidade com o dimensionamento previsto neste Termo de Referência;
- f) a relação dos materiais, equipamentos e insumos a serem utilizados na execução dos serviços, com a respectiva especificação e quantitativos;

**9.2.** A proposta deverá considerar todos os custos necessários à execução integral do objeto, não sendo admitida a inclusão posterior de encargos ou despesas não previstas originalmente.

**9.3.** Os preços apresentados deverão ser exequíveis, compatíveis com o mercado e suficientes para a cobertura de todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, sob pena de desclassificação, nos termos da legislação aplicável.

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados à Embrapa, na unidade gestora nº 135031, natureza de despesa nº 339037, fonte de recursos do Tesouro Nacional, conforme disponibilidade orçamentária.

**10.2.** Os créditos orçamentários e os correspondentes empenhos necessários à cobertura das despesas relativas à execução contratual em exercícios subsequentes serão indicados oportunamente, mediante emissão de notas de empenho, conforme a programação orçamentária e financeira da Embrapa.

## **11. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**11.1.** O Contrato a ser firmado com a Embrapa Clima Temperado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração.

**11.2.** As partes reconhecem a validade e eficácia da celebração do contrato por meio eletrônico e digital, inclusive mediante utilização de assinaturas eletrônicas, nos termos do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo tais instrumentos considerados válidos e aptos a produzir todos os efeitos legais, ainda que não emitidos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, observadas as normas internas da Embrapa aplicáveis.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de protocolo da nota fiscal/fatura, a qual deverá ser encaminhada juntamente com o respectivo arquivo XML e os documentos comprobatórios exigidos neste Termo de Referência, após autorização de sua emissão, desde que o valor cobrado seja aceito e devidamente atestado pelo fiscal e pelo gestor do contrato.

**12.1.1.** O faturamento deverá ser realizado, obrigatoriamente, em nome da Embrapa Clima Temperado, conforme os serviços efetivamente prestados, observados os seguintes dados:

Embrapa Clima Temperado  
CNPJ: 00.348.003/0137-94  
Inscrição Estadual: 0931038103

**12.1.2.** A Contratada deverá encaminhar o arquivo XML da Nota Fiscal Eletrônica para o endereço de e-mail [tnfe-erp@embrapa.br](mailto:tnfe-erp@embrapa.br), para fins de arquivamento pelo prazo legal. Deverá constar no campo “Observações” ou “Dados Adicionais” da Nota Fiscal a informação de que o referido arquivo foi enviado por meio eletrônico. O pagamento da Nota Fiscal ficará condicionado à verificação do envio e validação do respectivo arquivo XML.

**12.2.** Previamente ao pagamento, a Embrapa poderá realizar consulta aos sistemas de cadastro e regularidade fiscal, inclusive ao SICAF ou sistemas equivalentes. Constatada situação irregular, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato.

**12.3.** A Contratada deverá informar à Embrapa os dados bancários necessários ao pagamento, incluindo banco, agência, localidade e número da conta corrente de sua titularidade.

**12.4.** Sobre os pagamentos efetuados serão realizadas as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente, incluindo, quando aplicável, IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, ISSQN e contribuição previdenciária, nos termos da legislação pertinente.

**12.5.** Caso a Contratada seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá observar as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto às hipóteses de vedação ao enquadramento no Simples Nacional em contratos que envolvam cessão de mão de obra, devendo, quando aplicável, comprovar a comunicação à Receita Federal do Brasil nos prazos legais.

**12.6.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero deverão informar essa condição no documento fiscal, com a indicação do respectivo fundamento legal, sob pena de sujeitarem-se às retenções tributárias cabíveis.

**12.7.** As pessoas jurídicas beneficiárias de imunidade ou isenção tributária deverão apresentar, quando exigido pela legislação vigente, a documentação comprobatória correspondente, para fins de afastamento das retenções tributárias.

**12.8.** As pessoas jurídicas que possuam decisão judicial que suspenda a exigibilidade de tributos deverão apresentar, a cada pagamento, documentação que comprove a manutenção da referida condição.

**12.9.** Não serão aceitas notas fiscais que apresentem omissões, incorreções, rasuras ou inconsistências que comprometam a identificação da prestação dos serviços ou que estejam em desacordo com a legislação aplicável.

**12.10.** Do valor devido poderão ser descontadas as multas e sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

**12.11.** Poderá ser efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a Contratada deixar de cumprir as obrigações contratuais, não produzir os resultados pactuados ou executar os serviços com qualidade ou quantidade inferior à exigida.

**12.12.** Nos casos em que a Contratada apresente a documentação obrigatória ou a Nota Fiscal/Fatura com incorreções, estes serão devolvidos para as devidas correções, não sendo devida à Embrapa qualquer responsabilidade por encargos decorrentes do atraso no pagamento.

**12.13.** Nos casos de atraso de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme critérios estabelecidos no Contrato.

**12.16.** A Contratada deverá apresentar à Embrapa, previamente à emissão da fatura, os documentos e comprovantes descritos no item subsequente, sem os quais não será autorizada a emissão da Nota Fiscal nem a efetivação do pagamento, podendo ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, inclusive rescisão contratual, nos termos da legislação aplicável.

## **12.17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO MENSAL E COMPROVANTES**

1. Relação dos trabalhadores constantes no SEFIP ou sistemas equivalentes (eSocial, DCTFWeb ou outros que venham a substituí-los), referente ao recolhimento do FGTS e às informações previdenciárias

2. Relação dos trabalhadores constantes no SEFIP ou sistemas equivalentes (eSocial, DCTFWeb ou outros que venham a substituí-los) – resumo do fechamento da empresa
3. Folha de Pagamento ou Contracheques
4. Comprovantes bancários de pagamento dos salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, 13º salário e férias
5. Relação dos trabalhadores (RE) e relação de tomadores/obra (RET), ou documentos equivalentes gerados por sistemas oficiais (eSocial, DCTFWeb ou outros que venham a substituí-los), relativos ao tomador de serviços
6. Protocolo de envio do Conectividade Social ou sistema equivalente adotado para transmissão das informações
7. Comprovante de declaração à Previdência Social e a outras entidades e fundos – empresa
8. Comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias (GPS, DARF ou DCTFWeb, conforme aplicável)
9. Relatório analítico da GRF ou documento equivalente que comprove o recolhimento do FGTS por empregado
10. Guia de recolhimento do FGTS (GRF) ou documento equivalente
11. Comprovante de pagamento do recolhimento do FGTS
12. Comprovante de pagamento de vale-alimentação, quando aplicável
13. Comprovante de pagamento de vale-transporte e/ou nota fiscal de serviço de transporte terceirizado especializado, quando aplicável
14. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
15. Certificado de Regularidade do FGTS
16. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT
17. Folha de Ponto dos Funcionários
18. Projeção da Conta Vinculada
19. Comprovante de concessão de férias, devendo constar na folha de pagamento ou contracheque do mês respectivo

12.18. O pagamento dos salários dos empregados da contratada deverá ser realizado por depósito bancário, em conta de titularidade dos empregados, preferencialmente em agências situadas na localidade da prestação dos serviços ou na respectiva região metropolitana.

12.19. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto no item anterior, a contratada deverá apresentar justificativa formal, a fim de que a Embrapa possa verificar a regularidade da quitação das obrigações trabalhistas.

12.20. A Contratada autoriza a Embrapa a efetuar a retenção de valores devidos e a realizar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando comprovado o inadimplemento dessas obrigações.

12.21. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item anterior, os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com a finalidade de assegurar o pagamento dos salários, das verbas trabalhistas e das contribuições sociais e fundiárias devidas.

### 13. TRANSPORTE DE EMPREGADOS

A empresa contratada poderá optar pelo vale-transporte ou por meio de transporte próprio ou terceirizado especializado. Ao optar pelo transporte próprio ou terceirizado especializado, estará obrigada a contratar seguro para transporte de passageiros. O valor limite do custo do transporte próprio ou terceirizado especializado será equivalente ao custo de aquisição de vales-transportes.

### 14. SANÇÕES

14.1. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa sobre o valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 14.1.1. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.2. Apresentar documento falso;
- 14.1.3. Fazer declaração falsa;
- 14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. Não assinar o Contrato ou a Ordem de Compras e Serviços — OCS, conforme definido em anexo ao Edital, no prazo estabelecido;
- 14.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 14.1.7. Não manter a proposta.
- 14.2. Para os fins do item 14.1.4, reputar-se-ão inidôneos os atos que atentem contra os princípios da Administração Pública e a lisura do certame, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.
- 14.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas nas alíneas supracitadas, a Embrapa poderá aplicar à licitante contratada as seguintes sanções:
  - 14.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.
  - 14.3.2. Multas:
    - a) Cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - b) Apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - c) Fazer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - d) Comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - e) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não manter a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - f) Deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
    - g) Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento);
    - h) As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas na Minuta de Contrato anexa ao Edital;
    - i) Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
    - j) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
    - k) Ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangida pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor anual do contrato para cada evento.
  - 14.3.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea “j”, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida. As penalidades acima elencadas não excluem as sanções aplicáveis no caso de descumprimento das obrigações previstas no instrumento de contrato.
  - 14.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
    - 14.3.3.1. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderão também ser aplicadas à empresa ou ao profissional que:
      - a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      - b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      - c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados;
      - d) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
      - e) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
      - f) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
      - g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
      - h) Não manter a proposta;
      - i) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
      - j) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 14.4. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.
- 14.5. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos do art.

83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

14.6. Das sanções administrativas aplicadas caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa, ou representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8. Poderá ser utilizado, como parâmetro para definição das penalidades, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com base na Instrução Normativa nº 5/2017, no que couber.

14.9. Após o encerramento do pregão, o pregoeiro informará à autoridade competente da Embrapa sobre as falhas cometidas pelas licitantes, tais como: pedido de desclassificação, não envio da proposta, apresentação de valor inexequível, desclassificação por não atendimento às especificações técnicas, inabilitação e demais ocorrências previstas no Edital, passíveis de apuração em Processo Administrativo de Apuração (PAA).

14.10. As sanções administrativas previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à Embrapa, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## **15 GARANTIA**

15.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e, no que couber, no art. 19 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

15.1.1. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado, a critério da Embrapa, por igual período, contado da assinatura do contrato.

15.1.2. O valor da garantia será atualizado sempre que houver alteração, reajuste ou revisão do valor do contrato.

15.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% (dois por cento).

15.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Embrapa a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001).

15.4. A garantia prestada somente será liberada mediante a comprovação de que a contratada quitou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o final do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, observada a legislação aplicável.

15.5. A garantia terá validade durante toda a execução do contrato e por 3 (três) meses após o término de sua vigência, devendo ser renovada a cada alteração contratual, e somente será liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais. Quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

15.5.1. O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

15.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos incisos do item 15.6.

15.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor da Embrapa.

15.9. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Embrapa com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.10. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

15.11. A garantia será considerada extinta:

I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de valores depositados em dinheiro, acompanhada de declaração da Embrapa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, hipótese em que o prazo será ampliado conforme comunicação formal.

15.12. Ocorrendo alteração do valor contratual ou acréscimo de quantitativos, a garantia deverá ser complementada, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

## **16. CUSTOS PARA A MANUTENÇÃO DA CONTA VINCULADA**

16.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, utilizada como referência, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada, a que se refere o Anexo XII da referida norma, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2. A CONTRATADA deverá autorizar a Embrapa, no momento da assinatura do contrato, a efetuar o desconto nas faturas e realizar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até a sua regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, por ausência de documentação comprobatória pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões contratuais e guias de recolhimento, os valores retidos cautelarmente poderão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários, verbas trabalhistas e das contribuições sociais e fundiárias decorrentes.

16.4. A CONTRATADA deverá autorizar o provisionamento de valores destinados ao pagamento de férias, 13º salário e verbas rescisórias dos trabalhadores, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, os quais serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome da contratada, bloqueada para movimentação, conforme o Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, sendo liberados exclusivamente para o pagamento dessas obrigações, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.5. O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada será equivalente ao somatório dos valores das provisões incidentes sobre a remuneração dos trabalhadores, conforme abaixo discriminado, cuja movimentação dependerá de autorização da Embrapa e será realizada exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) Férias e um terço constitucional;

c) Multa sobre o FGTS e contribuição social nas rescisões sem justa causa;

d) Encargos sobre férias e 13º salário.

e) Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo observarão, no que couber, o Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 e a legislação vigente.

16.6. O saldo da conta-depósito vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança, pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Embrapa e a instituição financeira responsável.

16.7. Os valores provisionados na conta-depósito vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa contratada.

16.8. Eventuais tarifas ou encargos bancários decorrentes da operacionalização da conta-depósito vinculada poderão ser debitados dos valores nela depositados.

16.9. A contratada poderá solicitar autorização da Embrapa para utilização dos valores da conta-depósito vinculada para pagamento das obrigações trabalhistas previstas neste item ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

16.10. Para fins do item anterior, a contratada deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Após a verificação pela Administração, será autorizada a movimentação dos recursos da conta-depósito vinculada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

16.11. A autorização de movimentação deverá especificar que os recursos serão destinados exclusivamente ao pagamento das obrigações trabalhistas ou

indenizações devidas aos trabalhadores.

16.12. A contratada deverá apresentar à Embrapa, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para quitação das obrigações trabalhistas.

16.13. O saldo remanescente da conta-depósito vinculada será liberado à contratada no encerramento do contrato, quando cabível, após a comprovação da quitação de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao contrato.

## 17- FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual constituem o conjunto de ações destinadas a aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos, visando à formalização de procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção do contrato, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas pactuadas e a adequada solução de problemas relacionados ao objeto.

17.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por um único servidor ou por equipe designada pela Embrapa por meio de ordem de serviço.

17.3. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, a Embrapa exigirá da contratada as seguintes comprovações:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

II - Entrega, até o dia 30 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação de sua regularidade em sistemas oficiais:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada;

c) Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

III - Entrega, quando solicitado pela Embrapa, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;

b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços;

c) Cópia dos contracheques dos empregados ou comprovantes de depósitos bancários;

d) Comprovantes de concessão de benefícios, como vale-transporte e vale-alimentação;

e) Comprovantes de realização de treinamentos exigidos por lei ou contrato.

IV - Entrega, quando da extinção ou rescisão do contrato, da seguinte documentação:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados;

b) Guias de recolhimento previdenciário e do FGTS relativas às rescisões;

c) Extratos das contas vinculadas do FGTS;

d) Exames médicos demissionais;

e) Declaração da contratada, caso opte pela realocação dos empregados.

17.4. Tanto no primeiro mês da prestação dos serviços quanto em caso de admissão de novos empregados, a documentação prevista no subitem 17.3, inciso I, deverá ser apresentada à contratante.

17.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão comunicar o fato à Receita Federal do Brasil.

17.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão comunicar o fato ao órgão competente.

17.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17.8. A contratante poderá conceder prazo para que a contratada regularize suas obrigações, desde que não caracterizada má-fé ou incapacidade de correção.

17.9. A fiscalização administrativa deverá acompanhar mensalmente a regularidade do pagamento de salários, benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários, verificando a compatibilidade entre função, remuneração, benefícios e condições de trabalho.

a) O número de empregados deverá corresponder ao previsto na contratação;

b) O salário não poderá ser inferior ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho;

c) Deverão ser observadas eventuais atualizações da CCT.

17.9.1. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

17.9.2. A ausência de comprovação das obrigações poderá ensejar a retenção de pagamentos até a regularização.

17.9.3. Persistindo o inadimplemento, a contratante poderá efetuar o pagamento direto aos trabalhadores.

17.9.4. O sindicato da categoria poderá ser comunicado para acompanhamento, quando cabível.

17.9.5. Tais pagamentos não caracterizam vínculo empregatício com a contratante.

17.9.6. O contrato somente será considerado cumprido após a quitação de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

17.9.7. A fiscalização não exclui a responsabilidade da contratada, nos termos do art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

17.10. Mensalmente, por ocasião do pagamento, serão realizadas as retenções tributárias e previdenciárias cabíveis, conforme a legislação vigente.

17.11. Durante a vigência do contrato, a Embrapa realizará avaliação continuada da prestação dos serviços, podendo utilizar, como referência, os parâmetros da Instrução Normativa nº 5/2017 para fins de definição de níveis de serviço, aplicação de sanções e ajustes contratuais.

17.11.1. A avaliação será contínua, com apuração mensal por meio de Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

17.11.2. Os resultados serão registrados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.11.3. A contratada será comunicada dos resultados e de seus impactos no faturamento.

a) Quando houver impacto no pagamento, a contratada deverá ajustar o faturamento;

b) Quando houver aplicação de sanções, será instaurado o respectivo processo administrativo.

17.11. Para definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da execução dos serviços será utilizado o seguinte **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO**

### DE RESULTADOS - IMR:

Item	- Cumprimento Integral das Obrigações Contratuais
Item Finalidade	- Definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

Instrumento de Medição	<p>Cálculo de Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 - Insuficiente – Acima de:</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>15 (quinze) ocorrências Grau 01 no mês OU</p> <p>30 (trinta) ocorrências de qualquer grau</p> <p>2. - Regular – Entre:</p> <p>5 (cinco) a 9 (nove) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>5 (cinco) a 9 (nove) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>10 (dez) a 14 (catorze) ocorrências Grau 01 no mês OU</p> <p>15 (quinze) ocorrências de qualquer grau</p> <p>3. - Bom – Até:</p> <p>5 (cinco) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>5 (cinco) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 01 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências de qualquer grau</p>
Formato de registro de ocorrência:	- Registro de ocorrências no Processo de Execução/Fiscalização
Forma de Acompanhamento	<p>* Grau 03 – grave</p> <p>* Grau 02 – média</p> <p>* Grau 01 – leve</p>
Periodicidade	- Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,99</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>O valor a ser pago será o resultado da multiplicação do valor da nota fiscal pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão</p> <p>Limites: <math>0,98 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1</math></p>
Início de Vigência	- Data de início de vigência do Contrato
Faixa de Ajuste no Pagamento	- Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão

17.12. Todas as ocorrências deverão ser registradas no Processo de Execução/Fiscalização instaurado no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e serão comunicadas pela fiscalização, por meio de notificação formal à contratada, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para apresentação de defesa.

17.13. A contratada poderá apresentar justificativa, que será analisada pela fiscalização. Caso não seja aceita, a fiscalização procederá à glosa correspondente nas faturas futuras. Na ausência de faturas vincendas suficientes para a compensação, os valores poderão ser descontados de créditos eventualmente devidos à contratada.

17.14. A cada glosa, os valores acumulados serão zerados, de forma a evitar duplicidade de penalização. Cada ocorrência será classificada por grau, conforme tabela específica. Todas as ocorrências deverão ser registradas com a data do fato constatado. Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado período de 30 (trinta) dias consecutivos, iniciando-se novo ciclo ao final de cada período.

17.15. A aplicação de multa, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, será realizada conforme as Tabelas 2 e 3 constantes da Minuta de Contrato, bem como de acordo com as disposições previstas neste instrumento.

**DISCRIMINAÇÃO E GRAU DE OCORRÊNCIAS**

Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
1	Manter empregado sem a qualificação e habilitação exigida ou Deixar de cumprir as exigências relativas à segurança do trabalho, dos programas de saúde ocupacional e riscos de acidente.	Condicional à verificação da Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme e/ou crachá, com uniforme sujo, manchado, mal apresentado ou alocados na mesma função com uniformes despadronizados, ou seja, com modelo, cor e etc. diferentes.	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia	1
3	Deixar de fornecer os materiais, ferramentas, utensílios, equipamentos e EPI em quantidade e definidos em proposta, ou aprovados pelo Fiscal, indispensáveis na prestação dos serviços e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	A falta e inadequação (em desacordo com a proposta) de cada material e/ou específico, será considerada ocorrência individual, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
4	Descumprir as tarefas previstas neste Termo de Referência, relativas à execução dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem, incluindo rotinas, frequências, áreas de cobertura e padrões de qualidade estabelecidos.	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência, considerando-se os locais de prestação dos serviços e as periodicidades previstas. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
5	Deixar de impor penalidades aos empregados que se negarem a usar uniformes, EPI's e armamentos definidos	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia.	3
6	Deixar de pagar e recolher no prazo legal salários, seguros, vale transportes e refeição, contribuições sociais e fiscais, bem como não arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas estipuladas	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
7	Recusar-se a executar serviços previstos no Contrato ou determinado pela Fiscalização sem motivo justificado ou determinação formal.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
8	Destruir ou danificar documentos ou bens patrimoniais por culpa ou dolo de seus empregados.	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2
9	Deixar de reparar, corrigir e substituir, as suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado.	2
10	Deixar de substituir, após notificação, o empregado que impeça, embarace ou dificulte a Fiscalização da Embrapa ou que apresentar, a critério da Contratante, conduta inconveniente ou baixa produtividade, ou Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado no prazo de 24 horas.	2
11	Deixar de apresentar, para aprovação de emissão de Nota Fiscal/Fatura os documentos necessários estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
12	Deixar de cumprir a solicitação formal da Fiscalização e de apresentar os relatórios indispensáveis à fiscalização do Contrato ou fornecer informações não condizentes com a realidade.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2
13	Deixar de manter em serviço o efetivo mínimo definido em proposta para cada unidade/endereço, bem como a ocorrência de faltas dos empregados da unidade/endereço, bem como a ocorrência de faltas dos empregados da Contratada, sem a imediata substituição, ou deixar de indicar ou deixar de manter, durante a execução do Contrato, preposto, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Nestes casos ocorrerão, também, a(s) dedução(ões), em fatura, dos atrasos e faltas de empregados.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
14	Deixar de cumprir demais itens do Termo de Referência e no Contrato não previstos nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
15	Deixar de realizar a substituição dos equipamentos/materiais ou deixar de observar as especificações mínimas exigidas desses materiais	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3

Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
16	Deixar de cumprir e se adequar às solicitações da fiscalização advindas das pesquisas de satisfação com os usuários dos serviços.	Os registros das ocorrências serão individuais.	3

17.16. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar continuamente o nível de qualidade dos serviços, a fim de evitar sua deterioração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.17. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação do IMR e de seus indicadores, para ciência da avaliação realizada.

17.18. A contratada poderá apresentar recurso da avaliação do IMR, com justificativa para as ocorrências registradas, que poderá ser aceita pela autoridade competente, após manifestação da fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, decorrente exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando ultrapassados os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além das pontuações cumulativas para o Acordo de Nível de Serviço, deverão ser aplicadas as penalidades cabíveis, inclusive multas e sanções à contratada, conforme as regras previstas no ato convocatório.

17.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliações aleatórias e/ou periódicas, diárias, semanais ou mensais, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços, devendo registrar as ocorrências verificadas e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

## 18. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. A contratada deverá instruir seus empregados quanto ao cumprimento, no que couber, dos seguintes objetivos contratuais:

18.1.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada por parte de seus empregados lotados nas unidades.

18.1.2. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, em atendimento às regras instituídas pelo Comitê Local de Sustentabilidade (CLS).

18.1.3. Observar as Normas Brasileiras – NBR aplicáveis, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente aquelas relativas a resíduos sólidos.

## 19. VISTORIA PRÉVIA

19.1. As licitantes poderão, facultativamente, realizar vistoria prévia, arcando com os custos dessa operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos precisa, caso optem por não realizá-la.

19.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta assumirá risco inerente à sua atividade, não podendo, posteriormente, alegá-lo para eximir-se de obrigações assumidas ou para pleitear a revisão dos termos do contrato.

19.3. A vistoria deverá ser agendada previamente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por meio do seguinte endereço eletrônico: cpact.sps@embrapa.br; maria.azevedo@embrapa.br

19.4. Não serão realizadas vistorias no dia da sessão de abertura do pregão.

## 20. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS QUE SE APRESENTEM SOB A FORMA DE CONSÓRCIO/COOPERATIVAS

20.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio ou sob a forma de cooperativas nesta licitação.

20.2. A vedação se justifica em razão de o objeto não demandar a conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras de múltiplas empresas, sendo plenamente possível sua execução por empresas individualmente consideradas.

20.3. A participação de consórcios, no presente caso, poderia restringir a competitividade do certame, ao reduzir o universo de licitantes, não se mostrando necessária ou vantajosa para a Administração.

## 21. DEMAIS INFORMAÇÕES

21.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência somente poderá ser alterado nas hipóteses previstas na legislação aplicável, mediante acordo entre as partes, vedadas alterações que descaracterizem o objeto contratado ou que impliquem na necessidade de realização de nova licitação.

21.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, observadas as mesmas condições contratuais e mediante acordo formal entre as partes, o contrato poderá ser alterado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos da legislação aplicável.

21.3. A criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

a) Na hipótese de alteração contratual que impacte os encargos da contratada, deverá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, mediante termo aditivo.

21.4. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por este Termo de Referência as disposições da Lei nº 13.303/2016, inclusive quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

21.5. A aplicação de sanções não afasta a responsabilização administrativa e civil da contratada, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 12.846/2013.

21.6. A autoridade competente que, tendo conhecimento de irregularidades na execução contratual, deixar de adotar as providências cabíveis, poderá ser responsabilizada nos termos da legislação aplicável.

21.7. Os contratos firmados pela Embrapa regem-se pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, pela Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, pelos princípios do direito privado, vinculando-se, para todos os efeitos, à proposta da contratada.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

21.9. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis na localidade da unidade da Embrapa responsável pela contratação.

21.10. Para fins de saneamento de falhas formais, poderá ser facultado ao licitante ajustar documentos ou declarações, desde que não haja alteração da substância da proposta, conforme entendimento do pregoeiro e nos termos do edital.

21.11. A contratada poderá optar pelo fornecimento de vale-transporte ou pela disponibilização de transporte próprio ou terceirizado especializado, devendo, nesta última hipótese, observar as exigências previstas neste Termo de Referência quanto à segurança e limites de custo.

## ELABORADO POR:

[assinado eletronicamente]

**DIEGO PEREIRA VIÉGAS**

[assinado eletronicamente]

**MARIA GENI GOMES DE AZEVEDO**

## APROVADOR POR:

[assinado eletronicamente]

**LEANDRO LUIS GARCIA AQUINO**

**Chefe Adjunto de Administração**

**ANEXO I-A – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

<b>Item</b>	- Cumprimento Integral das Obrigações Contratuais
<b>Finalidade</b>	- Definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
<b>Instrumento de Medição</b>	<p>Cálculo de Índice de Desempenho Mensal:</p> <p>1 - Insuficiente – Acima de:</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>15 (quinze) ocorrências Grau 01 no mês OU</p> <p>30 (trinta) ocorrências de qualquer grau</p> <p>2. - Regular – Entre:</p> <p>5 (cinco) a 9 (nove) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>5 (cinco) a 9 (nove) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>10 (dez) a 14 (catorze) ocorrências Grau 01 no OU</p> <p>15 (quinze) ocorrências de qualquer grau</p> <p>3. - Bom – Até:</p> <p>5 (cinco) ocorrências Grau 03 no mês OU</p> <p>5 (cinco) ocorrências Grau 02 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências Grau 01 no mês OU</p> <p>10 (dez) ocorrências de qualquer grau</p>
<b>Formato de registro de ocorrência</b>	- Registro de ocorrências no Processo de Execução/Fiscalização
<b>Forma de Acompanhamento</b>	<p>* Grau 03 – grave</p> <p>* Grau 02 – média</p> <p>* Grau 01 – leve</p>
<b>Periodicidade</b>	- Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<p>Apuração mensal da quantidade de ocorrências por grau para determinação do Índice de Desempenho</p> <p>Cálculo de Fator de Conversão conforme índice de desempenho:</p> <p>Se índice de desempenho for “Bom”, Fator de Conversão = 1</p> <p>Se índice de desempenho for “Regular”, Fator de Conversão = 0,99</p> <p>Se índice de desempenho for “Insuficiente”, Fator de Conversão = 0,98</p> <p>O valor a ser pago será o resultado da multiplicação do valor da nota fiscal pelo fator de conversão:</p> <p>Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão</p> <p>Limites: <math>0,98 \leq \text{Fator de Conversão} \leq 1</math></p>
<b>Início de Vigência</b>	- Data de início de vigência do Contrato
<b>Faixa de Ajuste no Pagamento</b>	- Valor a ser pago (R\$) = Valor da nota fiscal x Fator de Conversão

1. Todas as ocorrências deverão ser registradas no Processo de Execução/Fiscalização instaurado no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e serão comunicadas pela Fiscalização, por meio de Notificação formal à Contratada, que terá 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Notificação, para contestar.

2. A Contratada poderá apresentar justificativa que será analisada pela Fiscalização. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização realizará a glosa correspondente nas faturas futuras. Caso não haja faturas com vencimento futuro para a efetivação da glosa, os valores respectivos poderão ser descontados de valores pendentes de pagamento pela Contratante.

3. A cada glosa, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade. Cada ocorrência será classificada por grau de acordo com a tabela abaixo. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do fato constatado. Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado um período de 30 (trinta) dias consecutivos. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, iniciará novo período para apuração de Desempenho daquele mês.

4. A aplicação de multa, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, será determinada conforme as TABELAS 2 e 3 (Minuta do Contrato) e as disposições a seguir.

**DISCRIMINAÇÃO E GRAU DE OCORRÊNCIAS**

Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
------	-----------------------------	----------	------



Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
1	Manter empregado sem a qualificação e habilitação exigida ou Deixar de cumprir as exigências relativas à segurança do trabalho, dos programas de saúde ocupacional e riscos de acidente.	Condicional à verificação da Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme e/ou crachá, com uniforme sujo, manchado, mal apresentado ou alocados na mesma função com uniformes despadronizados, ou seja, com modelo, cor e etc. diferentes.	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia	1
3	Deixar de fornecer os materiais, ferramentas, utensílios, equipamentos e EPI em quantidade e definidos em proposta, ou aprovados pelo Fiscal, indispensáveis na prestação dos serviços e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	A falta e inadequação (em desacordo com a proposta) de cada material e/ou específico, será considerada ocorrência individual, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
4	Descumprir as tarefas previstas no item Atribuição dos Vigilantes deste Termo de Referência	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência, considerando-se os locais de prestação dos serviços e as periodicidades previstas. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
5	Deixar de impor penalidades aos empregados que se negarem a usar uniformes, EPI's e armamentos definidos	A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem um mesmo dia.	3
6	Deixar de pagar e recolher no prazo legal salários, seguros, vale transportes e refeição, contribuições sociais e fiscais, bem como não arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas estipuladas	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
7	Recusar-se a executar serviços previstos no Contrato ou determinado pela Fiscalização sem motivo justificado ou determinação formal.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução parcial. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
8	Destruir ou danificar documentos ou bens patrimoniais por culpa ou dolo de seus empregados.	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2
9	Deixar de reparar, corrigir e substituir, as suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.	Condicional à verificação pela Fiscalização ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a verificado.	2
10	Deixar de substituir, após notificação, o empregado que impeça, embarace ou dificulte a Fiscalização da Embrapa ou que apresentar, a critério da Contratante, conduta inconveniente ou baixa produtividade, ou Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado no prazo de 24 horas.	2
11	Deixar de apresentar, para aprovação de emissão de Nota Fiscal/Fatura os documentos necessários estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
12	Deixar de cumprir a solicitação formal da Fiscalização e de apresentar os relatórios indispensáveis à fiscalização do Contrato ou fornecer informações não condizentes com a realidade.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	2
13	Deixar de manter em serviço o efetivo mínimo definido em proposta para cada unidade/endereço, bem como a ocorrência de faltas dos empregados da unidade/endereço, bem como a ocorrência de faltas dos empregados da Contratada, sem a imediata substituição, ou deixar de indicar ou deixar de manter, durante a execução do Contrato, preposto, conforme estabelecido neste Termo de Referência. Nestes casos ocorrerão, também, a(s) dedução(ões), em fatura, dos atrasos e faltas de empregados.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
14	Deixar de cumprir demais itens do Termo de Referência e no Contrato não previstos nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1
15	Deixar de realizar a substituição dos equipamentos/materiais ou deixar de observar as especificações mínimas exigidas desses materiais	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	3
16	Deixar de cumprir e se adequar às solicitações da fiscalização advindas das pesquisas de satisfação com os usuários dos serviços.	Os registros das ocorrências serão individuais.	3

Item	Discriminação da Ocorrência	Aferição	Grau
17	Deixar de apresentar a Guia de Transporte de Armas, Munições e Coletes à prova de balas, dentro do prazo de validade, quando houver a mudança de lotação de postos de serviços.	Os registros das ocorrências serão individuais	3
18	Deixar de manter as autorizações específicas para a prestação dos serviços de vigilância, devidamente válidas, encaminhando à contratante sempre que houver alteração/atualização.	Os registros das ocorrências serão individuais	3
19	Deixar de apresentar o Registro de Certificado de Formação do Vigilante dos profissionais que prestam serviços a Embrapa, dentro da validade, e/ou permitir que profissional exerça as atividades de vigilantes dentro das dependências da Embrapa sem o registro ou estando com ele vencido.	Os registros das ocorrências serão individuais	3

#### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(Conforme Anexo VII-C da IN 05/2017 e Modelo Abaixo)

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		
Razão Social:		
Endereço:	UF:	CEP:
Telefone:		
E-mail:		

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 – Embrapa Clima Temperado, apresentamos nossa proposta de preços para **Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação nas Dependências da Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas - RS**, objeto do referido processo licitatório, conforme abaixo especificados:

ITEM/ GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PREÇOS ANUAL
01		12			

<b>CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>

<b>INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO</b>

<b>PRODUTIVIDADE ADOTADA</b>

<b>QUANTIDADE DE PESSOAL</b>	
<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>

<b>RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS</b>		
<b>Material</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Especificação</b>

<b>OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES</b>

Preço total da proposta R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ (mínimo 60 (sessenta) dias).

Prazo para Início de execução do objeto: em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura do Contrato, conforme Termo de Referência.

A entrega dos serviços ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e no Contrato constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 – Embrapa Clima Temperado.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagens, montagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 – Embrapa Clima Temperado, especialmente as fixadas para pagamento e execução dos serviços, contidas no Edital e seus anexos.

**Dados da Empresa:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Tel.: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Informar se é Optante pelo Simples.

**Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:**

**(Enviar cópia de RG e CPF)**

Nome Completo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ RG / Órgão Expedidor / Data de Emissão: \_\_\_\_\_

Naturalidade/UF: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

**Dados da Testemunha pela Contratada:**

**(Enviar cópia de RG e CPF)**

Nome Completo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ RG / Órgão Expedidor / Data de Emissão: \_\_\_\_\_

Naturalidade/UF: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

**ANEXO III - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**(Conforme Anexo VII - D da IN nº 5/2017)**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**(Anexo VII - E da IN nº 5/2017)**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
Valor total dos Contratos		R\$

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

#### Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

### ANEXO V - MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

A **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.766/2012 e por sua Assembleia Geral, por intermédio de sua Unidade denominada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, **[Cidade/Estado]**, \_\_\_\_\_ **[endereço completo]**, doravante designada simplesmente **Embrapa**, neste ato representada pelo seu(a) (Chefe Adj. de Administração ou Gerente de Contratação e Infraestrutura) \_\_\_\_\_, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, e por seu(a) (Supervisor(a) da Área de Compras ou Supervisor(a) de Gestão de Contratos Administrativos e Convênios), \_\_\_\_\_, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, todos no exercício da competência delegada por força da Deliberação nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_; e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, **[Cidade/Estado]**, \_\_\_\_\_ **[endereço completo]**, doravante designada simplesmente **Contratada**, neste ato representada por seu (Diretor/Sócio/Gerente etc): \_\_\_\_\_, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor: \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ tendo em vista o resultado do Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **Contrato de Prestação de Serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**, que se regerá pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade Pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma \_\_\_\_\_, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e Publicado no D.O.U, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, e, no que couber, por outras normas legais e administrativas aplicáveis, e, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação, de natureza continuada, com dedicação exclusiva, dos **serviços de limpeza e conservação**, com o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços, nas dependências da **Embrapa**, devidamente qualificada no preâmbulo do presente instrumento, que serão prestados nas condições estabelecidas no *Termo de Referência*, que passa a integrar este Contrato sob a forma de **Anexo I**.

**1.2.** A prestação dos serviços compreende, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego de todos os equipamentos, EPIs e ferramentas necessárias à sua execução, conforme disposto no *Termo de Referência*, **Anexo I** do Edital.

**1.3.** A execução completa do objeto contratual só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas previdenciárias e fiscais referentes à mão de obra utilizada.

**1.4.** Este Contrato vincula-se, para todos os fins de direito, ao Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado no dia \_\_\_\_\_, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.5.** A prestação dos serviços de limpeza e conservação será executada nos seguintes horários:

a) De Segunda a Sexta-feira

Início: \_\_\_\_h \_\_\_\_

Pausa para descanso: das \_\_\_\_h \_\_\_\_ às \_\_\_\_h \_\_\_\_

Término: \_\_\_\_h \_\_\_\_

b) Sábados

Início: \_\_\_\_h \_\_\_\_

Término: \_\_\_\_h \_\_\_\_

**1.6.** As categorias a serem empregadas no serviço são registradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme código \_\_\_\_\_ -- \_\_\_\_\_, constante

1.7. O objeto será executado sob o regime de execução indireta, empreitada por preço global.

## CLÁUSULA SEGUNDA — DO PREÇO

2.1. A **Embrapa** pagará à **Contratada**, o valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e compreende todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. O preço global do presente Contrato, considerando os 12 (doze) meses de sua vigência, é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), já incluso o lucro e todas as despesas que possam influir, direta ou indiretamente, na sua execução.

2.3. O valor mensal acima estabelecido, é composto dos seguintes preços Unitários:

TIPO DE CUSTO	VALOR GLOBAL
Mão de Obra e encargos	
Materiais de limpeza	

2.4. Os valores acima estabelecidos tem por base os seguintes índices de produtividade:

TIPO DE ÁREA	PRODUTIVIDADE (M²)	VALOR UNITÁRIO R\$
Áreas Internas		
Áreas Externas		
Esquadrias – Faces Internas/Externas		
Fachadas Envidraçadas		

2.5. O valor acima corresponde ao percentual de 100% do serviço prestado. Os serviços serão fiscalizados e poderão sofrer reduções conforme o Índice de Medição de Resultado.

## CLÁUSULA TERCEIRA — DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato durante o presente exercício correrá à conta da **Natureza da Despesa** \_\_\_\_\_, da **Atividade** \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

3.2. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento.

## CLÁUSULA QUARTA — DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

4.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a **Contratada** deverá entregar à **Embrapa** a documentação a seguir relacionada:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a **Contratada** deverá apresentar a seguinte documentação:

- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **Contratada**; e
- Exames médicos admissionais dos empregados da **Contratada** que prestarão os serviços.

II - Entrega, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

- Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **Contratada**;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- extrato da conta do INSS e do FGTS dos empregados em atuação na **Embrapa**;
- cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços;
- cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos ao mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamentos e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV - Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido na Cláusula Quarta deste contrato:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

5.2. A prorrogação da vigência poderá ser efetuada a cada 12 (doze) meses, desde que comprovadamente vantajosa para a **Embrapa** e autorizado formalmente pela autoridade competente, além de serem atendidos todos os requisitos abaixo:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **Embrapa** mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para **Embrapa**;
- e) Haja manifestação expressa da **Contratada** informando o interesse na prorrogação, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação; e
- f) Não tenham sido aplicadas punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais.

5.3. A vantajosidade econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado nas seguintes hipóteses:

- a) Em relação aos reajustes dos itens envolvendo a folha de salários efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;
- b) Em relação aos reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de trabalho e de Lei) e materiais efetuados com base no Índice fixado neste Contrato;

5.4. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados em caso de eventual prorrogação contratual.

5.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **Contratada** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5.5.1. No momento da prorrogação do Contrato, deverá ser verificado pela **Embrapa** se na composição da planilha de custos e formação de preços foram observados os **procedimentos referenciais** disponibilizados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia por meio de Cadernos de Logística (Anexo VI da IN nº 05/SEGES/MP, de 26.05.2017, com a alteração promovida pela IN nº 49/SEGES/Ministério da Economia, de 30.06.2020)

5.6. A Contratada optante pelo regime de Lucro Real, ou seja, quando tributada pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, no momento da prorrogação contratual, deverá cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses.

5.6.1. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS e CONFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A **Contratada** deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez dias) úteis, contados da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação**, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da **Contratada** que venham a participar da execução dos serviços, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 e alínea "a" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG.

6.2. A execução completa do objeto contratual só acontecerá quando a **Contratada** comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas previdenciárias e fiscais referentes à mão de obra utilizada.

6.3. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da **Embrapa** por igual período, contado da assinatura do contrato.

6.4. O valor da garantia será complementado sempre que houver alteração, repactuação ou revisão do valor do contrato e seu prazo prorrogado sempre que for prestada por meio que seja estabelecido prazo de vigência, como p. ex. seguro garantia e fiança bancária, no mesmo prazo estabelecido no *Caput* desta Cláusula e sob as mesmas penalidades.

6.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 4% (quatro por cento) do valor do contrato por dia de atraso.

6.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **Embrapa** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o § 1º do art. 82 da Lei 13.303/2016.

6.7. A garantia prestada será liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

6.8. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a **Contratada** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso o pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Embrapa, conforme estabelecido na alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG. Para tanto, a **Contratada** autoriza a **Embrapa** a reter, a qualquer tempo, a garantia prestada.

6.9. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação (Anexo VII - F, item 3.1 da IN nº 05/2017/SEGES/MP).

6.10. O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

6.11. A garantia, qualquer que seja sua modalidade, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, por parte da **Contratada**, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no contrato;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela **Embrapa** à **Contratada**, se por qualquer motivo não forem pagas nos prazos fixados; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **Contratada**;

6.12. A modalidade de seguro-garantia só será aceita se constar expressamente a cobertura dos eventos acima indicados e as seguintes disposições adicionais:

- 6.12.1.** Declaração da seguradora de que aceita os termos e condições do Contrato e do Edital.
- 6.12.2.** Vedação ao cancelamento da apólice de seguro-garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio pela tomadora;
- 6.12.3.** Ocorrido sinistro (descumprimento pela empresa tomadora das obrigações constantes do contrato firmado com a **Embrapa** e cobertas pela apólice de seguro-garantia), a seguradora cumprirá a obrigação assumida na apólice com o pagamento da indenização devida à **Embrapa** (segurada), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da comunicação do sinistro feita pela **Embrapa** (segurada) à seguradora, não podendo ser indicada qualquer hipótese de não pagamento do seguro, condicionado à eventual análise e decisão judicial;
- 6.13.** A carta de fiança bancária deverá conter, expressamente os seguintes requisitos:
- 6.13.1.** Cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei nº 10.406/2002.
- 6.13.2.** Cláusula que preveja reajuste do valor afiança nos mesmos percentuais aplicados no contrato.
- 6.13.3.** Cláusula de renúncia por parte da instituição financeira aos termos do art. 835 e no inciso I do art. 838 do Código Civil.
- 6.14.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da **Embrapa**.
- 6.15.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **Embrapa** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 6.16.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de        ( ) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.17.** A não integralização da garantia nos prazos estabelecidos nesta Cláusula, representa inadimplência contratual, passível de aplicação de sanções e rescisão na forma prevista neste Contrato.
- 6.18.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **Embrapa**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 6.19.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.20.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.
- 6.21.** Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da **Contratada** em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
- 6.22.** A garantia será considerada extinta:
- I - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Embrapa**, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- II - no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1.** A **Contratada** obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no presente Contrato, no Edital e no *Termo de Referência*, de maneira que os serviços sejam realizados de forma permanente e regular, e, em especial às seguintes obrigações:

- Executar os serviços conforme especificações deste Contrato, do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os produtos, materiais, utensílios e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- Informar à **Embrapa**, por escrito, imediatamente após a assinatura do contrato, a relação nominal dos seus empregados e demais prepostos utilizados na sua execução, contendo o número/órgão expedidor/data de expedição da carteira de identidade, número do CPF, telefone e endereço residencial atualizado, com apresentação de cópia dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo registro do empregado, Contrato de Trabalho assinado pelo empregado e empregador, Carteira de Saúde, Certidão de Antecedentes Criminais atualizada a cada 90 dias e Comprovante de Endereço com emissão até 60 dias, devendo as respectivas alterações serem imediatamente comunicadas à **Embrapa**;
- Efetuar a reposição da mão de obra, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- A **Contratada** não poderá, em hipótese alguma, deixar ocorrer interrupção na prestação dos serviços, devendo promover, no caso de ausência de funcionário, a sua imediata substituição no prazo máximo de 2 (duas) horas do início da jornada de trabalho;
- Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela **Embrapa**, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da **Embrapa**;
- Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato devendo constar do respectivo documento os poderes e deveres em relação a execução do objeto;
- Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados;
- Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da **Embrapa**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Relatar à Embrapa toda e qualquer irregularidade na execução do contrato, efetuando a devida ocorrência, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao seu esclarecimento;
- Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à **Embrapa** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- Comprovar, mensalmente, a quitação das obrigações trabalhistas, inclusive a entrega da folha de frequência, e tributárias, assim como o recolhimento das contribuições sociais – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e Previdência Social, pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço decorrente do Pregão, bem como da entrega anual da RAIS, como condição à percepção mensal do valor faturado;
- Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual – EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **Embrapa**;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e materiais causados por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de        ( ) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **Embrapa**;
- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;

17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a **Embrapa** autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à **Contratada**, o valor correspondente aos danos sofridos;
19. Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
20. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da **Embrapa**, substituindo, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, qualquer empregado que esteja descumprindo obrigações relativas à execução do serviço, ou seja considerado inconveniente pelo representante da **Embrapa**;
21. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
22. Selecionar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos comprovadamente de boa conduta e com boas referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
23. Realizar os exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso;
24. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da **Embrapa**;
26. Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **Embrapa**, sob pena de rescisão contratual;
27. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
28. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
30. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à **Embrapa** o acesso ao controle de frequência;
31. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
32. Manter atualizados o endereço comercial, de correio eletrônico e o número de telefone, para fins de comunicação entre as partes;
33. Substituir os equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem vícios ou defeitos, devendo haver autorização formal da **Embrapa**;
34. Solicitar à **Embrapa** autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à **Contratada**, que esta tenha levado para o local de execução do serviço;
35. Manter instalado sede, filial ou escritório nas cidades ou regiões metropolitanas onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Embrapa, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários. A Contratada deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura deste instrumento, o cumprimento desta obrigação;
36. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da **Embrapa** membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;
37. Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal;
38. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
39. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;
40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da **Embrapa**. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a **Contratada** deverá apresentar justificativa, a fim de que a **Embrapa** analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
41. Pagar, pontualmente, todos os encargos legais decorrentes da prestação dos serviços, sejam fiscais, trabalhistas, previdenciários, de acidente de trabalho ou indenizações de qualquer natureza, devidas aos seus empregados;
42. Emitir Nota Fiscal de Serviços, mensalmente, e entrega-la à **Embrapa**, junto com cópia das folhas de ponto de seus empregados utilizados no serviço, e cópia dos comprovantes de pagamento de salários/férias/13º salário, bem como, do respectivo recolhimento de encargos incidentes sobre a fatura do mês anterior.
43. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **Embrapa**;
44. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da **Embrapa**;
45. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
46. Treinar os empregados de acordo com as atividades a serem desenvolvidas na **Embrapa**, antes do início do contrato, além de comprovar documentalmente esses treinamentos ao gestor do contrato, inclusive comprovante de treinamento de uso de EPI;
47. Fornecer gratuitamente todos os Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's aos seus empregados, com Certificado de Aprovação (CA) válido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, devendo seu encarregado fiscalizar e obrigar o seu uso, comprovando o fornecimento junto ao gestor do contrato quando solicitado, além de cumprir integralmente as prerrogativas estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº 06 do MTE;
48. Entregar os EPI's aos seus empregados, devendo apresentar cópia das fichas de entrega à Embrapa, bem como promover a substituição dos mesmos sempre que não se mostrarem íntegros ou quando apresentarem desgastes;
49. Apresentar, em até ( ) dias corridos do início da execução dos serviços, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, o Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – PCMSO, o Laudo Técnico de Insalubridade - LTI, o Laudo Técnico de Periculosidade - LTP, e o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, devendo promover a atualização anual desses documentos e entregá-los à **Embrapa**;
50. Cumprir os termos previstos na Norma Regulamentadora nº 07 do MTE;
51. Cumprir todas as prerrogativas estipuladas em normativo interno ou pelas normas regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
52. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



53. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
54. Cuidar para que seus funcionários mantenham disciplina nos locais dos serviços e conduta compatíveis com o ambiente de trabalho, quais sejam:
- a) observar as normas legais e regulamentares da **Embrapa** ;
  - b) zelar pela conservação do patrimônio público;
  - c) guardar sigilo sobre assunto da repartição que tiver conhecimento;
  - d) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
  - e) tratar com urbanidade as pessoas;
  - f) não retirar qualquer documento ou objeto da **Embrapa**;
  - g) não promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da **Embrapa**;
  - h) não cometer a pessoa não autorizada pela contratada o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
  - i) não proceder de forma desidiosa;
  - j) não utilizar recursos materiais da **Embrapa** em serviços ou atividades particulares

**7.3. A Contratada** deverá, se solicitado previamente pela **Embrapa**, executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.

**7.4. É expressamente vedado à Contratada:**

- I - A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **Embrapa**;
- II - A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- III - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Embrapa**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

## **CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA**

**8.1. A Embrapa**, além das demais obrigações se obriga, especialmente, às seguintes disposições:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **Contratada**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a **Contratada** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
4. Não permitir que os empregados da **Contratada** realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
5. Pagar à **Contratada** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;
6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN n. 5/2017 SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
7. Não praticar atos de ingerência na administração da **Contratada**, tais como:
  - a) exercer o poder de mando sobre os empregados da **Contratada**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **Contratada**, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; emanar conduta compatível com a moralidade administrativa;
  - d) considerar os trabalhadores da **Contratada** como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
8. Fiscalizar mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente :
  - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
  - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
  - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da **Contratada**;
13. Colocar à disposição dos empregados da **Contratada** local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
14. Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos necessários à execução dos serviços;
15. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à **Contratada** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela **Contratada**, das normas de segurança e saúde no trabalho.

## **CLÁUSULA NONA — DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

**9.2.** As atividades relacionadas no *caput* desta Cláusula competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa.

**9.3.** Para efeito do contrato, considera-se:

- I. **Gestor do contrato:** empregado da **Embrapa** designado para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, extinção dos contratos, dentre outros, sendo o

responsável pela eventual aplicação de sanções à **Contratada**;

II. **Fiscal técnico do contrato**: empregado da Embrapa designado para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado; e

III. **Fiscal administrativo do contrato**: empregado da Embrapa designado para o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**9.4.** Os gestores e fiscais técnicos e administrativos serão indicados pela Embrapa por meio da competente Ordem de Serviço, na qual além da identificação completa dos empregados, constarão as atividades e obrigações a serem cumpridas por cada um, conforme os termos da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e posteriores alterações.

**9.5.** As fiscalizações técnica e administrativa dos serviços deverão seguir o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, devendo a execução do contrato ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos aspectos relacionados no art. 47 da IN nº 05.

**9.6.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**9.7.** A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto do contrato por intermédio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento de aferição da qualidade que venha a ser indicado no Edital, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **Contratada**:

I - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

II - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**9.8.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

**9.9.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à **Contratada** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**9.10.** Para efeito recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, com a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste Edital, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à licitante contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**9.11. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais a Embrapa exigirá da Contratada as seguintes comprovações:**

I - **Mensalmente**, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **Contratada**;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

f) extrato da conta do INSS e do FGTS dos empregados em atuação na **Embrapa**;

g) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços;

h) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos ao mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

i) Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

j) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

k) Outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da **Contratada**.

l) quando couber, comprovação de que a **Contratada** mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.

**9.11.1.** Os documentos relacionados nas alíneas de "a" a "e" poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

**9.12.** Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

I - **No primeiro mês da prestação dos serviços**, a **Contratada** deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

a) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.1) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências da **Embrapa** de funcionários não incluídos na relação.

a.2) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.

b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela **Contratada**;

c) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços; e

d) declaração de responsabilidade exclusiva da **Contratada** sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

II - **Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), ou após a demissão de empregado**, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

a) Documento comprobatório de realocação dos empregados em outros locais de trabalho que informe a manutenção da vigência do contrato de trabalho; ou

b) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, bem como os exames demissionais;

c) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**9.13.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela **Contratada**, os documentos elencados no I do item **9.11** deverão ser apresentados.

**9.14.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados no parágrafo sétimo poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**9.15.** A **Embrapa** deverá analisar a documentação solicitada no item 9.11, inciso IV no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos,

prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**9.16.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias ou do FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB) e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

**9.17.** O gestor e os fiscais do contrato terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, devendo atuar em conformidade com a Instrução Normativa nº 5/2017/SEGES/MPDG e demais diplomas legais correlatos, sendo que as decisões e providências que ultrapassem sua competência, serão submetidas à autoridade competente da **Embrapa** para adoção das medidas necessárias.

**9.19.** O objeto deste contrato estará sujeito à mais ampla, irrestrita e rigorosa fiscalização, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas, obrigando-se a empresa a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados, bem como a atender prontamente quaisquer exigências inerentes ao objeto do contrato, sem ônus para a **Embrapa**.

**9.19.** À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à **Contratada**, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com este diploma.

**9.20.** A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **Contratada** que é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **Embrapa**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme previsão do art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

**9.21.** A **Contratada** deverá se submeter à mais ampla e irrestrita fiscalização, devendo, pois, cumprir recomendações não previstas neste contrato, no Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_- Embrapa \_\_\_\_\_ ou seus anexos, mas essenciais a boa execução do objeto, desde que devidamente respaldadas pelos diversos diplomas legais correlatos.

**9.22.** O gestor e os fiscais do contrato têm a obrigação e o direito de exigir a qualquer tempo todos os documentos necessários à fiscalização trabalhista, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que a inadimplência da **Contratada** quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **Embrapa** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato. (Art. 77, § 1º da Lei nº 13.303/2016).

**9.23.** As comunicações entre a **Embrapa** e a **Contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### CLÁUSULA DÉCIMA — DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E DA REVISÃO

**10.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, na forma estabelecida no Item 9, Seção II, Anexo I do o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, aprovado pela RC nº 277/2024, e, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**10.2.** A **Contratada** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

**10.3.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**10.4.** Qualquer acréscimo ou supressão de serviços deverá ser acompanhada da adequação da garantia prestada, no mesmo prazo estabelecido para sua apresentação inicial.

**10.5.** A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**10.6.** Em havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a **Embrapa** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**10.7.** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

**10.8.** É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos constante do Anexo a este Contrato, como de responsabilidade da **Contratada**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA REPACTUAÇÃO

**11.1.** Nos termos do art. 12 do Decreto nº 9.507, de 21.09.2018, e dos arts. 53 e seguintes da Instrução Normativa nº 5/2017/SEGES/MP, é admitida a repactuação deste contrato, desde que seja observado o **interregno mínimo de um ano** das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, a qual poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

**11.2.** Quando houver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**11.3.** A repactuação para reajuste do contrato em razão do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho repassará integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**11.4.** O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação da proposta constante do Edital, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo de materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**11.5.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**11.6.** As repactuações serão precedidas de solicitação da **Contratada**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de

apresentação das planilhas custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamentam a repactuação, conforme for a variação dos custos objeto da repactuação.

**11.7.** A variação de **custos decorrente do mercado** somente será concedida mediante a comprovação pela **Contratada** do aumento dos custos, mediante apresentação de memória de cálculo e planilhas apropriadas a serem submetidas à análise e aprovação da **Embrapa**, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- IV - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- V - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

**11.8.** A **Embrapa** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **Contratada**.

**11.9.** A **repactuação de custos relativos a insumos, tais como materiais e equipamentos** fica limitada ao valor auferido com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Só será admitida a repactuação acima desse limite, excepcionalmente, em relação às situações em que ficar devidamente demonstrado o desequilíbrio econômico financeiro do contrato.

**11.10.** As repactuações serão formalizadas por meio de **apostilamento**, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese na qual seus termos poderão ser incluídos na minuta de termo aditivo.

**11.11.** As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano.

**11.12.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

- I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**11.13.** Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

**11.14.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

**11.15.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, ou ainda não tenha sido possível à **Embrapa** ou à **Contratada** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sendo que a não inclusão implicará na preclusão do direito à repactuação.

**11.16.** A parcela mensal referente ao "aviso prévio trabalhado", no primeiro ano de vigência contratual está limitada ao percentual máximo de 1,94%, correspondente aos 30 (trinta) dias de aviso prévio trabalhado. (Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 1186/2017 - Plenário)

**11.17.** Na hipótese de renovação do contrato por mais um ano, a parcela correspondente aos 30 (trinta) dias de "aviso prévio trabalhado" referida no item anterior não é mais devida, tendo em vista o seu pagamento/amortização no primeiro ano da contratação, devendo ser excluída da planilha de custos e formação de preços. (Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 1186/2017 - Plenário)

**11.17.1.** Quando da prorrogação contratual, caso a **Embrapa** exija que a **Contratada** disponibilize um empregado para cobrir o período de 2 (duas) horas decorrente da redução da jornada normal de trabalho de empregado que esteja cumprindo o "aviso prévio trabalhado", admitir-se-á a inclusão, na planilha de custo e formação de preço, da parcela referente a 6 (horas), correspondente aos 3 (três) dias de aviso prévio acrescidos na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.506/2011, devendo a inclusão ser efetivada por ocasião da formulação do aditivo de prorrogação. (Parecer PGFN/CCP nº 944/2017 e Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 1186/2017 - Plenário)

**11.18.** A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de (art. 9º, parágrafo único do Decreto nº 9.507/2018):

- I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;
- II - matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e
- III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA RESCISÃO

**12.1.** Por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, assim como à ocorrência de qualquer das situações previstas no Item 7, Seção II, Anexo I do o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa**, poderá a **Embrapa** rescindir o presente Contrato, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a **Contratada** pela indenização por perdas e danos e pela multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global, atualizado, deste Contrato.

**12.2.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **Contratada** deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**12.3.** A **Embrapa** poderá conceder um prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação, sob pena de rescisão contratual.

**12.4.** Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela **Contratada** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**12.5.** Até que a **Contratada** comprove o disposto no Parágrafo anterior, a **Embrapa** reterá:

- I - a garantia contratual, conforme artigo 70, da Lei 13.303/2016, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **Contratada**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**12.6.** Na hipótese prevista no item II do item anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **Contratada** no prazo de 15 (quinze) dias, a **Embrapa** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **Contratada** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**12.7.** Fica assegurado à **Embrapa** o direito de rescindir unilateralmente o presente Contrato, sem qualquer ônus, nas hipóteses em que se evidenciar:

- I - a não vantajosidade na sua manutenção;

II - a inexistência de recursos financeiros para seu prosseguimento;

III - a não aceitação pela Contratada dos acréscimos ou supressões contratuais, na forma do artigo 81, II e §1º da Lei 13.303/2016.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; nas Instruções Normativas nº 05, de 25 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa**, - Norma [REDACTED]; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º [REDACTED] / [REDACTED], constante do processo nº [REDACTED], bem como à proposta da **Contratada**.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até [REDACTED] ([REDACTED]) dias, contados da data da protocolização da nota fiscal e dos documentos comprobatórios exigidos, desde que o valor cobrado seja aceito e atestado pelo Gestor do contrato.

14.2. O faturamento deverá ser realizado, obrigatoriamente em nome da Unidade, conforme a seguir:

- Embrapa [REDACTED]
- CNPJ:
- Inscrição Estadual:
- Endereço:
- CEP:
- Representante:
- Telefone:

14.3. Na ocasião do pagamento a **Embrapa** procederá à consulta prévia quanto a regularidade fiscal no SICAF (via ON LINE), ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.

14.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **Contratada**, serão tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estando sujeita às penalidades previstas.

14.5. A **Contratada** deve informar à **Embrapa** o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que se efetuará o crédito devido.

14.6. Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, conforme o caso, o Imposto sobre a renda da pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária, na forma da legislação em vigor.

14.7. Tendo em vista o objeto do presente instrumento, ou seja, prestação de serviços de **limpeza e conservação**, caso a **Contratada** seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional nos termos do art. 18, § 5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que se dedique exclusivamente às atividades de **limpeza e conservação**, ou as exerça em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação pelo "caput" do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.7.1. Se, durante a execução deste Contrato, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte contratada, optante pelo Simples Nacional, passar a exercer em conjunto com as atividades de **limpeza e conservação** outras atividades que impeçam a opção pelo Simples Nacional, deverá providenciar sua exclusão do Simples Nacional mediante comunicação à Receita Federal, devendo encaminhar o comprovante dessa comunicação à **Embrapa** (art. 30 da LC nº 123/2006).

14.7.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte contratada deverá informar à **Embrapa** qualquer exclusão do Simples Nacional, seja de ofício pela Receita Federal, seja por comunicação da contratada, conforme arts. 28 a 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.8. As pessoas Jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção tributária sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

14.9. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo II da Instrução Normativa/RFB nº 1.234/2012 assinado pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

14.10. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

14.11. As pessoas jurídicas amparadas pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses a que se referem os incisos II, IV e V do artigo 151 da Lei nº 5.172/1996, Código Tributário Nacional, ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou da Contribuição para o PIS/PASEP deverá apresentar, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparado por medida judicial.

14.12. Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, que não for o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiver declarações inexatas, que estiver preenchido de forma ilegível ou apresentar emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

14.13. Do pagamento efetuado poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas e as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

14.14. Caso a **Embrapa** constate que a **Contratada** não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida, ou deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada, o valor mensal estipulado neste contrato referente ao mês da ocorrência será alterado, com base nos indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, devendo o pagamento ser feito com base no novo valor apurado.

14.14.1. Caso, eventualmente, a **Contratada** discorde dos novos valores decorrentes da ponderação pelo IMR, poderá apresentar suas razões, em prazo de até 10 dias corridos, a contar da data de pagamento.

14.14.2. Caso a **Embrapa** reconheça as alegações da **Contratada** como aptos a desconstituir sua responsabilidade com relação aos fatos ocorridos que levaram à glosa de valores, a **Embrapa** pagará o crédito na próxima fatura.

14.14.3. A alteração do valor mensal será efetivada sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.15. Nos casos em que a **Contratada** apresente os documentos obrigatórios e a Fatura/Nota Fiscal com incorreções, ou nos casos em que a Fatura/Nota Fiscal seja emitida e entregue fora do prazo hábil para recolhimento das retenções, a **Embrapa** se eximirá de qualquer encargo resultante de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **Embrapa**, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**14.17.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, estes serão devolvidos à **Contratada** para as correções solicitadas, não respondendo a **Embrapa** por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**14.18.** A **contratada** deverá apresentar à **Embrapa**, juntamente com a fatura, os documentos e comprovantes abaixo descritos, sem os quais não se efetuará o pagamento, sob pena de rescisão do contrato e à aplicação das penalidades cabíveis:

1.	<b>Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP</b> (Competência Mês Anterior) com os documentos que a compõem a saber:
1.1	<b>FGTS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Protocolo de Envio de Arquivos emitidos pelo Conectividade Social;</li><li>· Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após transmissão do arquivo SEFIP e comprovante de pagamento;</li><li>· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;</li><li>· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;</li><li>· Relatório Analítico da GRF ou resumo de Fechamento – Empresa -FGTS</li><li>· Relação de Tomadores/Obras – RET;</li><li>· Confissão de não recolhimento de valores de FGTS e de Contribuição Social;</li><li>· Declaração de ausência de fato gerador para recolhimento FGTS</li></ul>
1.2	<b>Previdência Social:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>· Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;</li><li>· Comprovante de Declaração à Previdência e a outras entidades e fundos por FPAS;</li><li>· GPS - Guia de Previdência Social (mês anterior) e comprovante de pagamento;</li><li>· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;</li><li>· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;</li><li>· Relação de Tomadores/Obras – RET;</li><li>· Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão.</li></ul>
2	<b>Folha de pagamento</b> dos Trabalhadores da Empresa que prestam serviços à Embrapa <b>com comprovação do Pagamento dos Salários</b> , adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, conforme inciso III, art. 60, art. 161 e art. 162, IN MPS/SRP N°. 3 de 14/07/2005, acompanhada dos recibos de pagamentos dos Salários
3	Comprovante de concessão do auxílio-alimentação, do Vale Transporte e do auxílio-saúde, quando for devido, relativos aos Trabalhadores que prestem serviços na Embrapa.
4	Comprovante da <b>Concessão e Pagamento das Férias</b> aos trabalhadores que prestem serviços na Embrapa.
5	Comprovante de <b>pagamento do 13º salário</b> e respectiva GFIP/SEFIP, GPS e comprovante de pagamento, quando devido.
6	<b>Certidão Negativa de Débitos junto ao:</b>
6.1	<b>INSS</b>
6.2	<b>FGTS</b>
7	<b>Folha de ponto dos funcionários</b>

**14.19.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da **Contratada**, o **fiscal técnico** deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**14.20.** No mesmo prazo, o **fiscal administrativo** deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**14.21.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

I - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **Contratada**, por escrito, as respectivas correções;

II - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

III - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**14.22.** O pagamento dos salários dos empregados da **Contratada** deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

**14.23.** Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto acima, a **Contratada** deverá apresentar justificativa, a fim de que a **Embrapa** possa verificar a realização do pagamento.

**14.24.** Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, e desde que não se constate má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação, a **Embrapa** comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

**14.25.** Em não havendo quitação das obrigações por parte da **Contratada**, no prazo de até 15 (quinze) dias, fica desde já a **Embrapa** autorizada a efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **Contratada** que tenham participado da execução dos serviços contratados, não configurando tal ato em vínculo empregatício ou implicando a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **Embrapa** e os empregados da **Contratada**.

**14.26.** A **Embrapa** notificará o sindicato representante da categoria do trabalhador para acompanhar o pagamento na forma prevista no item **14.25**.

**14.27.** Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo acima pela **Embrapa**, esses valores retidos cautelarmente serão

depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

**14.28.** É vedada à **Contratada** a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a **Embrapa**, sob pena de aplicação de penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DO PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS POR MEIO DE CONTA VINCULADA ESPECÍFICA**

**15.1.** A **Embrapa**, de acordo com o previsto no art. 18, § 1º, inciso I da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, provisionará os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da **Contratada**, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela **Embrapa** em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 2017, SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão os quais somente serão liberados para o pagamento dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

**15.2.** O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da Embrapa e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- I - 13º (décimo terceiro) salário;
- II - Férias e um terço constitucional de férias;
- III - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- IV - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

**15.3.** Os valores referentes às provisões dos encargos trabalhistas mencionados, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

**15.4.** A abertura e movimentação da referida conta ficam condicionadas à emissão pela **Embrapa** de ofícios conforme IN nº 05/2017/SEGES/MPDG.

**15.5.** Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

**15.6.** O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no Termo de Cooperação Técnica firmado entre a **Embrapa** e a instituição bancária.

**15.7.** A **Contratada** deverá apresentar à **Embrapa**, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**15.8.** Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

- I. Parcial e anualmente pelo valor correspondente aos 13º salários dos empregados vinculados ao contrato, quando devidos;
- II. Parcialmente pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
- III. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato ;
- IV. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

**15.9.** A **Contratada** poderá solicitar a autorização da **Embrapa** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item **15.2** desta Cláusula ou eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, devendo a empresa apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

- I. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a **Embrapa** expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta vinculada, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
- II. A autorização de que trata o item anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- III. A **Contratada** deverá apresentar à **Embrapa**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**15.10.** O saldo remanescente dos recursos depositados na conta vinculada será liberado à **Contratada** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**15.11.** Os valores provisionados para atendimento do item 15.2 desta Cláusula serão discriminados conforme tabela abaixo:

ITEM	PERCENTUAL
13º (décimo terceiro) Salário	
Férias e 1/3 Constitucional	
Multa sobre FGTS	
<b>SUBTOTAL</b>	
Incidência do Submódulo 2.2, do Anexo .... - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	
<b>TOTAL</b>	

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS SANÇÕES**

**16.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a **Embrapa** poderá aplicar à **Contratada** as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à **Embrapa**, observando toda e específica disciplina constante do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa** e demais previsões abaixo:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.1.1. As sanções previstas no I e III deste item poderá ser aplicada conjuntamente com a penalidade de multa.

16.1.2. As sanções previstas nos incisos II e III serão aplicadas após regular processo administrativo definido neste contrato .

**16.2.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	6
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	5
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da <b>Embrapa</b> , por empregado e por dia;	3
6	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por evento e por dia	1
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, por evento;	3
8	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por evento	2
9	Utilizar as dependências da <b>Embrapa</b> para fins diversos do objeto do contrato, por evento;	5
10	Entregar com atraso a documentação exigida no Edital e em seus anexos, por documento e por dia;	1
11	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no Edital e em seus anexos, por evento e por dia	1
12	Permitir que seus funcionários mantenham disciplina e conduta incompatíveis com o ambiente de trabalho, na forma em que detalhada no Termo de Referência e no contrato, por evento	1
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
15	Substituir, sempre que exigido pela <b>Embrapa</b> e independente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados contrários ao interesse Público, por funcionário e por dia;	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
17	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/contrato;	1
18	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da <b>Contratada</b>	1
19	Cumprir quaisquer obrigações fixada no Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas	1
20	Manter a documentação de habilitação atualizada, por documento e por dia de atraso	2
21	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO, por evento e por dia de atraso	2
22	Cumprir determinação da GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários, por evento e por dia de atraso	1
23	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário faltoso e por dia	2
24	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia de atraso	4



25	Entregar o uniforme aos funcionários de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e Contrato, por dia de atraso.	1
26	Apresentar, quando e no prazo solicitado, documentação fiscal, trabalhista previdenciária, entre outras previstas no Edital e anexos, por dia de atraso	2
27	Prestar garantia contratual no prazo fixado em contrato, por dia de atraso.	6

**16.3.** As sanções administrativas aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**16.4.** O valor total das multas, aplicadas na vigência deste contrato, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do seu valor global, o que o que ensejará a sua rescisão, sobre a qual sujeitar-se-á a **Contratada**, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

**16.5.** A aplicação das multas ocorrerá após regular processo administrativo, na forma disciplinada no Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa** (disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#)).

**16.6.** Se o valor a ser descontado pela **Embrapa** for insuficiente, ficará a **Contratada** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

**16.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **Contratada** à **Embrapa**, este será cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA MATRIZ DE RISCOS

**17.1.** A Matriz de Risco definida neste Contrato tem o objetivo de estabelecer os riscos assumidos pela **Embrapa** e pela **Contratada** na execução do contrato.

**17.2.** A **Contratada** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do presente contrato, conforme estabelecido na Matriz de Risco (Anexo XXXX), exceto quando estiver definido expressamente a responsabilidade da **Embrapa**. A Matriz de Risco, após devidamente assinada pelas partes, passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

**17.3.** Os casos omissos serão objeto de análise pautada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo, conforme caso concreto.

**17.4.** A Matriz de Riscos enumera eventos supervenientes e estabelece o impacto resultante caso ele ocorra, incluindo prejuízo econômico.

**17.5.** Considera-se mantido o equilíbrio-financeiro do contrato quando atendidas as suas condições e mantidas as disposições da Matriz de Risco, somente sendo possível a **Contratada** solicitar a recomposição do equilíbrio econômico financeiro quando sua responsabilidade for excluída na Matriz de Risco.

**17.6.** Para os eventos estabelecidos na Matriz de Riscos, faz-se necessário a elaboração de parecer técnico conclusivo constatando a ocorrência ou não do evento no caso concreto, a sua superveniência, o impacto no equilíbrio econômico-financeiro e a necessidade de celebração de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

**18.1** Os empregados e outros prepostos, utilizados pela **Contratada** na prestação de serviços ora contratados, não terão qualquer vinculação com a **Embrapa**, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a **Contratada** pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da **Embrapa**.

**18.2** Caso a **Embrapa**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos de que trata esta Cláusula, a **Contratada** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RESPEITO ÀS NORMAS INTERNAS

**19.1.** O bom desempenho da **Contratada** para prestação de serviços no interior da **Embrapa** está vinculado ao respeito às normas internas desta, de modo que a contravenção a esta diretriz é considerada uma infração contratual, podendo resultar na rescisão do contrato sem ônus a **Embrapa**, que, por mera liberalidade poderá, optar por prosseguir o contrato, comunicando aos responsáveis pela **Contratada** a respectiva contravenção, solicitando a reparação.

**19.1.1.** A **Contratada** concorda em identificar, alertar e exigir de seus dirigentes, diretores, funcionários, associados, agentes, consultores e afiliados a observância da regulamentação interna da **Embrapa**.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO NEPOTISMO

**20.1.** É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da **Embrapa** que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

**20.1.1.** Entende-se como familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**21.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **Contratada** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **Embrapa** à continuidade do contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**22.1.** As regras sobre proteção de dados pessoais estão estabelecidas item 1 da Seção II do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da **Embrapa**, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Compliance

**23.1.** As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

**23.2.** Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo

- nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.
- II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.
  - III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.
  - IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.
  - V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
  - VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) partícipe(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.
  - VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.
  - VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

**23.3.** As partícipes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partícipes desenvolvem suas atividades.

**23.4.** O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA**

**24.1.** As Partes reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ficando, ainda, dispensado a assinatura de testemunhas por força do §4.º do artigo 784 do CPC.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — DA PUBLICAÇÃO**

**25.1.** O extrato do presente Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA — DO FORO**

**26.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de \_\_\_\_\_ (UF), para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato de prestação de serviços.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Pela **Embrapa**

\_\_\_\_\_

Pela **Embrapa**

\_\_\_\_\_

Pela **Contratada**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

**ANEXO V-A - MATRIZ DE RISCO**

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco

<b>Categoria do Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas Mitigadoras</b>	<b>Alocação do Risco</b>
<b>Risco atinentes ao Tempo de Execução</b>	Atraso na execução do objeto contratual por <b>culpa</b> da Contratada	Aumento do custo do produto e/ou serviço	Diligência a cargo da Contratada em promover a execução contratual	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato <b>próprios do risco ordinário</b> da atividade ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial	Contratada
	Fatos supervenientes retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Embrapa, que comprovadamente repercute no preço do Contrato	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Revisão do preço mediante termo aditivo	Embrapa
<b>Risco da atividade empresarial</b>	Alteração de enquadramento tributário em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada	Planejamento tributário	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para execução dos serviços, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Reajuste e/ou Repactuação anual de preço por apostilamento ou termo aditivo caso coincidam com a prorrogação	Embrapa
	Variação dos custos de insumos quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial	Contratada
<b>Riscos Trabalhistas e Previdenciários</b>	Responsabilização da Embrapa por verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Contratada alocados na execução do objeto contratual	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para Embrapa, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos, da quantia despendida pela Embrapa	Contratada
<b>Riscos Tributários e Fiscal</b>	Responsabilização da Embrapa por recolhimento indevido em valor menor ou maior ou ainda por ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Embrapa	Débito ou crédito tributário u fiscal	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada

Pelotas - RS

Chefe Adjunto de Administração

Embrapa Clima Temperado

(assinado digitalmente)

Supervisor do Setor de Gestão de Patrimônio e Suprimentos

Embrapa Clima Temperado

(assinado digitalmente)

Representante legal da Contratada

(assinado digitalmente)

#### ANEXO VI - RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

(Anexo XII da IN 05/2017)

ITEM	PERCENTUAIS
------	-------------

ITEM	PERCENTUAIS		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º(décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
<b>Total</b>	<b>32,82%</b> (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	<b>33,03%</b> (trinta e três vírgula zero três por cento)	<b>33,25%</b> (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

#### ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E RESPECTIVOS ANEXOS

(Vide Anexo XII - A da IN nº 5/2017)

#### ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº /20\_\_ que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, conforme facultado pela Seção XXIX deste Edital, vistoriou, nesta data, as dependências da Embrapa, localizadas em \_\_\_\_\_, onde tomou conhecimento de todas as áreas onde serão executados os serviços de limpeza e conservação.

Local e data

**Administração da Embrapa**

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

**Representante da Licitante**

#### ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO OU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_ administra (administrou) serviço especializado de limpeza para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

#### Observações:

1. Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor; e
2. O atestado deverá estar visado pelo respectivo órgão fiscalizador.

TERMO DE CONCILIAÇÃOACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A  
AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandise* é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonhada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higiene do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a

dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudo-cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de gemíneas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados.

Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terão eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**

Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**

Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES  
Presidente da Associação dos Juizes Federais  
do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho – ANPT

#### ANEXO XI - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000041/2026 DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/01/2026  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR078770/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 47979.201805/2026-22 DATA DO PROTOCOLO: 09/01/2026

Disponível em: <https://seeac-rs.com.br/arquivos/2026.pdf>

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000061/2026 DATA DE REGISTRO NO MTE: 15/01/2026  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001033/2026 NÚMERO DO PROCESSO: 47979.203430/2026-35 DATA DO PROTOCOLO: 13/01/2026

Disponível em: <https://www.feeacrs.com.br/web/wp-content/uploads/2026/02/cct-2026-pelotas.pdf>

#### ANEXO XII - DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

Local e data

Assinatura do representante legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Luís Garcia Aquino, Chefe-Adjunto**, em 24/04/2026, às 12:01, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **13430612** e o código CRC **DF1915CF**.

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Pelotas/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000061/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Prêmio Assiduidade	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00



2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 3,5%)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Pelotas/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000061/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 3,5%)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Capão do Leão/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000041/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 2,00%)	2,00%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	5,65%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Pelotas/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000061/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5199-35
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Lavador de veículos
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 3,5%)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Capão do Leão/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000041/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5199-35
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Lavador de veículos
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00



2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 2,00%)	2,00%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	5,65%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Pelotas/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000061/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5142-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Coletor de Lixo
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		R\$ 0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 3,5%)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Capão do Leão/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000041/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5142-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Coletor de Lixo
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intraornada

4.2	Intraornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intraornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 2,00%)	2,00%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	5,65%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Pelotas/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000061/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Jardineiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00

2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 2,00%)	3,50%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	7,15%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

## LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Nº PROCESSO:	
LICITAÇÃO Nº:	
SESSÃO PÚBLICA:	

## Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF	Capão do Leão/RS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	RS000041/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA M2	QTDE TOTAL A CONTRATAR
LIMPEZA	ÁREA INTERNA	
	ÁREA EXTERNA	
	ÁREA ESQUADRIAS	
TOTAL		0,00

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A
Limpeza e Conservação	metro quadrado	

## Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Jardineiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

## Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	0,00
B	Adicional de periculosidade	0,00
C	Adicional de insalubridade	0,00
D	Adicional noturno	0,00
E	Adicional de hora noturna reduzida	0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado	0,00
G	Outros (especificar)	0,00
Total da Remuneração		0,00

## Módulo 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	3,025%	0,00
TOTAL		11,36%	0,00

## Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	0,00
C	SAT	3,00%	0,00
D	SESC ou Sesi	1,50%	0,00
E	SENAI - SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL		36,80%	0,00

## Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação R\$ 18,20 (Cláusula 18ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
C	Assistência Médica e Familiar	0,00
D	Plano de Benefício Familiar (Cláusula 29ª SEAC/RS Pelotas 2021)	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total dos Benefícios Mensais e Diários		0,00

## Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00



2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,26%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02%	0,00
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,10%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,70%	0,00
TOTAL			0,00

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	9,075%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,22%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,14%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0%	0,00
TOTAL			0,00

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0%	0,00
TOTAL			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,00
4.2	Intra jornada	0,00
TOTAL		0,00

Módulo 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	INSUMOS DIVERSOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	0,00
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos (APENAS TAXA DEPRECIAÇÃO 10%)	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
Total de Insumos diversos		0,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73%	0,00
B	Lucro	5,57%	0,00
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS 0,65%)	0,65%	0,00
	C.1. Tributos Federais (COFINS 3,00%)	3,00%	0,00
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	0%	0,00
	C.3. Tributos Municipais (ISS 2,00%)	2,00%	0,00
	TOTAL DE TRIBUTOS	5,65%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			0,00

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	0,00
Subtotal (A + B +C+ D+E)		0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		0,00

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Encarregado	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
II	Servente de limpeza Pelotas	R\$ -	1	R\$ -	12	R\$ -
III	Servente de limpeza Capão do Leão	R\$ -	1	R\$ -	6	R\$ -
IV	Lavador de veículos Pelotas	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
V	Lavador de veículos Capão do Leão	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
VI	Coletor de lixo Pelotas	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
VII	Coletor de lixo Capão do Leão	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
VIII	Jardineiro Pelotas	R\$ -	1	R\$ -	5	R\$ -
IX	Jardineiro Capão do Leão	R\$ -	1	R\$ -	4	R\$ -
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						R\$ -

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida	
B	Valor mensal do serviço	R\$ -
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	R\$ -

Servente de limpeza, coletor de lixo, lavador de veículos e jardineiro					
UNIDADE	UNIFORMES ANUAL POR EMPREGADO	QUANTIDADE /ANO	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Calça em tecido 100% algodão ou malha	4	unidade	R\$	-
2	Camisa/blusa em tecido 100% algodão ou malha fria	4	unidade	R\$	-
3	Sapata PU de segurança - C.A 7136/7137	4	par	R\$	-
5	Bota de borracha PCV, meio cano - C.A 42291	2	par	R\$	-
6	Agasalho para frio	1	unidade	R\$	-
7	Jaqueta Nylon	1	unidade	R\$	-
8	Crachá de identificação PVC	1	unidade	R\$	-
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

Encarregado					
UNIDADE	UNIFORMES ANUAL POR EMPREGADO	QUANTIDADE /ANO	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Camisa/blusa em tecido 100% algodão ou malha fria	4	unidade	R\$	-
2	Sapata PU de segurança - C.A 7136/7137	2	par	R\$	-
3	Agasalho para frio	1	unidade	R\$	-
4	Jaqueta Nylon	1	unidade	R\$	-
5	Crachá de identificação PVC	1	unidade	R\$	-
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

Jardineiro					
UNIDADE	UNIFORMES ANUAL	QUANTIDADE /ANO	UNIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Calça em tecido 100% algodão ou malha	4	unidade	R\$	-
2	Camisa/blusa em tecido 100% algodão ou malha fria	4	unidade	R\$	-
3	Sapata PU de segurança - C.A 7136/7137	4	PAR	R\$	-
5	Bota de borracha PCV, meio cano - C.A 42291	2	PAR	R\$	-
6	Agasalho para frio	1	unidade	R\$	-
7	Jaqueta Nylon	1	unidade	R\$	-
8	Avental de Napa 1,00mX0,70m Branco - CA 181163	2	unidade	R\$	-
9	Protetor Auditivo Concha EM CA 29176	2	unidade	R\$	-
10	Óculos Leopardo Incolor CA 191176	2	unidade	R\$	-
11	Perneira de couro CA 18854	2	unidade	R\$	-
12	Protetor Facial Incolor 8" CA 34144 e CA 14197 (viseira)	2	unidade	R\$	-
13	Crachá de identificação PVC	1	unidade	R\$	-
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ -
VALOR MENSAL					R\$ -

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mensal	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	AGUA SANITARIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR CLORO ATIVO VARIA DE 2 A 2,50, CLASSE CORROSIVO CLASSE 8, NÚMERO RISCO 85, RISCO SAÚDE 3, CORROSIVIDADE 1, PESO MOLECULAR CLORO 74,50, DENSIDADE DE 1,20 A 1, INCOLOR , APLICAÇÃO LAVAGEM E ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS, TIPO COMUM, GALAO DE 5 LITROS - BR 226700	Galão	40		R\$ -
2	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70% (70° GL), APRESENTAÇÃO LÍQUIDO - BR 269941	Caixa c/12 litros	5		R\$ -
3	BALDE COM ESPREMEDOR PARA BRUXA, CAPACIDADE 14 LITROS, COR VERDE. DIMENSÕES: 43 X 29 X 30CM. MATERIAL BALDE: POLIPROPILENO E METAL, MATERIAL ESPREMEDOR POLIPROPILENO - BR 94382	Unidade	3		R\$ -
4	CERA LÍQUIDA AUTO BRILHO PARA PISO INCOLOR, GALAO DE 5 LITROS, COMPOSIÇÃO: DISPERSÃO ESTIRENO ACRÍLICA METALIZADA, RESINA FUMÁRICA, EMULSÃO DE POLIETILENO, SOLVENTE, PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, 5-CLORO-2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4-ISOTIAZOLIN-3-ONA, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. MARCA: BRILHO FÁCIL, POLIFLOR OU MELHOR QUALIDADE. - BR 17205	Galão c/5litros	3		R\$ -
5	DESENTUPIDOR DE PIA, MEDINDO: 14,5X9,5X9,5CM. GRANDE PODER DE SUCCÃO - BR 72656	Unidade	1		R\$ -
6	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, MEDINDO: 53X14,5X14,5CM. GRANDE PODER DE SUCCÃO - BR 102598	Unidade	1		R\$ -
7	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO +TENSIOATIVO CATIÔNICO, ALÉM DE SEQUESTRANTE, CONSERVANTE, OPACIFICANTE, ATENUADOR DE ESPUMA, CONTROLADOR DE PH, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: 0,38% DE CLORETO DE BENZIL ALQUIL DIMETIL AMÔNIO / CLORETO DE DIDECIL DIMETILAMÔNIO. FRAGRÂNCIA: LAVANDA. GALÃO DE 5 LITROS - BR 424175	Galão	20		R\$ -
8	DESODORANTE / AROMATIZANTE DE AMBIENTE, TIPO AEROSOL, AROMA LAVANDA, USO GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADAVEL FRASCO 360 ML - BR 234431	Unidade	12		R\$ -
9	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA SANITÁRIA), COMPOSIÇÃO PARADICLORO BENZENO,ESSÊNCIA E CORANTE, PESO LÍQUIDO 35 G, ASPECTO FÍSICO TABLETE SÓLIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPORTE PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO - BR 234737	Unidade	60		R\$ -
10	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEAS, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, GALAO COM 5 LITROS - BR 226698	Galão c/5litros	10		R\$ -
11	ESCOVA LIMPEZA GERAL, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS POLIPROPILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COPO PLÁSTICO, MEDINDO 12X34,5X12CM, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO - BR 331870	Unidade	4		R\$ -
12	ESPANADOR, MATERIAL PENAS, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 40, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TORNEADO E REFORÇADO - BR 314565	Unidade	2		R\$ -
13	ESPONJA DE LÃ DE AÇO FINA, PARA LIMPEZA EM GERAL. COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO. PCT 60G (8 UNID). MARCA: BOMBIL, ASSOLAN, OU MELHOR QUALIDADE. BR 252531	Pacote	10		R\$ -
14	ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE, MATERIAL MANTA NÃO TECIDO DE FIBRAS SINTETICAS, UNIDAS COM RESINA A PROVA DAGUA, IMPREGNADA COM MINERAL ABRASIVO E ADERIDA A ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA: ABRASIVIDADE MINIMA MEDIA, APLICAÇÃO EM UTENSILIOS DOMESTICOS, FORMATO RETANGULAR 102 X69 X 28 MM - BR 151041 OU DE MELHOR QUALIDADE.	Unidade	50		R\$ -
15	LIMPA VIDRO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, PREPARADO À BASE DE TENSOATIVOS ANIÔNICO E NÃO IÔNICO, SOLVENTES, SEQUESTRANTE, CONSERVANTE, COADJUVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. GALÃO DE 5 LITROS - BR 242252	Galão c/5litros	3		R\$ -
16	LUSTRA MÓVEIS, COMPONENTES BASE DE SILICONE, AROMA LAVANDA, APLICAÇÃO MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FRASCO COM 200ML - BR 299646	Unidade	15		R\$ -
17	NAFTALENO, ASPECTO FÍSICO ESFERAS BRANCAS, DE ODOR CARACTERÍSTICO, PESO MOLECULAR 128,17, FÓRMULA QUÍMICA C10H8, GRAU DE PUREZA EM TORNO DE 95%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 91-20-3 - BR 347886	Pacote c/50gr.	10		R\$ -
17	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR PLÁSTICO RESISTENTE, MATERIAL CABO AÇO REVESTIDO COM PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO 85, COMPRIMENTO 20, LARGURA 25, MODELO SEM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PERFIL DE BORRACHA, CABO E COLETOR EM ANGULO DE 90° - BR 395513	Unidade	3		R\$ -
19	PANO BRANCO PARA LIMPEZA, TIPO SACO, 100% ALGODÃO ALVEJADO, MEDIDAS 60CM X 80 CM, PESO MÍNIMO DE 100G/UNID. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GRAMATURA 160G/M, ALVEJADO. BR 342131	Unidade	80		R\$ -
20	PANO MULTIUSO, 80% FIBRAS DE VISCOSE, 20% POLIÉSTER, MEDIDAS 50X33CM, PACOTE COM 5 UNIDADES - BR 235661	Pacote	30		R\$ -
21	PAPEL HIGIÊNICO EM ROLOS, MATERIAL 100% CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO 500 METROS, LARGURA 10CM, QUANTIDADE FOLHA SIMPLES, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS	Rolo	35		R\$ -
22	PAPEL HIGIÊNICO SUPLEMENTAR, COM PÓCHNA DOPLA DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, ROLOS DE 30 METROS COM LARGURA DE 10 CM, COMPOSIÇÃO 100% FIBRAS NATURAIS SEM PERFUME. PACOTE COM QUATRO UNIDADES - BR 364307	Pacote c/4unid.	64		R\$ -
23	REFIL DE ALGODÃO PARA LIMPEZA (BRUXINHA), BRANCO, PARA CABO ROSQUEÁVEL - BR 30279	Unidade	3		R\$ -
24	SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA SAIS + ÁCIDO GRAXO, TIPO COM ALVEJANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PERFUME, BARRA COM 200 GRAMAS, FORMATO	Pacote	1		R\$ -
25	SABÃO EM LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SAIS + ÁCIDO GRAXO, TIPO COM ALVEJANTE, ACONDICIONADO EM CAIXA OU SACHE COM 500G. O PRODUTO DEVERÁ ESTAMPAR NO RÓTULO A FRASE	Pacote	10		R\$ -
26	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO FARIACADO, COM VERDE CLARO, ODOR DE LAVANDA, AÇÃO 2,50 A 7,50, TEOR ATIVOS 10,50 A 11,50, GALAO COM 5 LITROS - BR 225731	Galão c/5 litros	12		R\$ -

27	SABONETE SOLIDO SUAVE, PH ENTRE 5,5 E 8,5, TABLETE COM 90 GRAMAS. BR 297943	Dúzia	2		R\$	-
28	SACO DESCARTAVEL PARA ASPIRADOR PO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE 10, USO COLETA LIXO NAO RECICLAVEL, APLICACAO ASPIRADOR PO ELETROEUX HIDROVACA	Unidade	1		R\$	-
29	SACO DE PLASTICO LIXO, CAPACIDADE 100 LITROS, LARGURA 75, ALTURA 105, NORMAS TECNICAS CLASSET - NBR 9191-2008, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	Pacote	10		R\$	-
30	SACO PLASTICO LIXO, CAPACIDADE 100 LITROS, LARGURA 75, ALTURA 105, NORMAS TECNICAS CLASSET - NBR 9191-2008, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	Pacote	10		R\$	-
31	SACO PLASTICO LIXO, CAPACIDADE 100 LITROS, LARGURA 75, ALTURA 105, NORMAS TECNICAS CLASSET - NBR 9191-2008, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	Pacote	10		R\$	-
32	SACO PLASTICO LIXO, CAPACIDADE 100 LITROS, LARGURA 75, ALTURA 105, NORMAS TECNICAS CLASSET - NBR 9191-2008, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	Pacote	10		R\$	-
33	SACO PLASTICO LIXO, CAPACIDADE 100 LITROS, LARGURA 75, ALTURA 105, NORMAS TECNICAS CLASSET - NBR 9191-2008, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE	Frasco	12		R\$	-
34	TELA ODORIZANTE, MATERIAL BORRACHA, TIPO USO MICTÓRIO, COR AZUL, ODOR LAVANDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL, 185MM X 160MM - BR 326030	Unidade	10		R\$	-
35	TOALHA DE PAPEL EM BOBINA PREMIUM, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA SIMPLES, COMPRIMENTO 200 METROS, LARGURA 20 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	Rolo	40		R\$	-
35	TOALHA DE PAPEL EM BOBINA PREMIUM, MATERIAL PAPEL, TIPO FOLHA SIMPLES, COMPRIMENTO 200 METROS, LARGURA 20 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS	Pacote	80		R\$	-
37	VASSOURA, MATERIAL VED. DE TALAM, MATERIAL CERDA DE CARACATELO, COMPALEN, O COF. 23 CANAL PERISTICAS ABACAOIS COM PONTEIRA ALÇA, CABO ROSQUELADO DE	Unidade	6		R\$	-
38	VASSOURINHA, MATERIAL CERDA NAILON, MATERIAL CABO PLASTICO, APLICACAO LIMPEZA SANITARIO - BR 278323	Unidade	2		R\$	-
39	LUVA DE BORRACHA, TAMANHO GRANDE	Embalagem c/ 1 par	50		R\$	-
40	LUVA DE BORRACHA, TAMANHO MÉDIO	Embalagem c/ 1 par	50		R\$	-
41	LUVA DE COURO, TAMANHO GRANDE.	Embalagem c/ 1 par	4		R\$	-
42	RODO DE PLÁSTICO, TAMANHO 40 CM, C/ 2 BORRACHAS	Unidade	3		R\$	-
43	GASOLINA COMUM	Litro	100		R\$	-
44	FIO DE NYLON REDONDO 3MMX261MT - REF 9302304	Rolo	1		R\$	-
45	LAMINA PARA ROÇADEIRA	Unidade	1		R\$	-
46	ÓLEO 2 TEMPOS 750ML	Unidade	2		R\$	-
					Valor Mensal	R\$ -
					Valor Mensal por Empregado	R\$ -

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual	Valor Unitário Médio (R\$)	Valor Total (R\$)
1	LAVADORA ALTA PRESSAO 220V/1500W MONO 1740LBS	Unidade	3		R\$ -
2	ROCADEIRA GAS. 42.7 CC MOTOR 1,7HP	Unidade	4		R\$ -
3	MAQUINA P/ GRAMA ELET.1,0CV 220V C/COLETOR CAIXA MET 79647/131	Unidade	3		R\$ -
4	ASPIRADOR PO/LIQ 220V AP150 C/ 1 MOT 1400W 20L	Unidade	6		R\$ -
5	CARRINHO DE MAO	Unidade	6		R\$ -
6	ESCADA DE ALUMINIO NORMATIZADA 3 DEGRAUS DE ABRIR	Unidade	3		R\$ -
7	ESCADA ABRIR AL. RESIDENCIAL 1,56M 7DG+ PLAT. 1LADO 5,0KG NORMATIZADA RN-107	Unidade	3		R\$ -
8	ESCADA DE ALUMINIO NORMATIZADA 10 DEGRAUS DE ABRIR	Unidade	3		R\$ -
9	PLACA SINALIZAÇÃO P/ PISO MOLHADO - REF. 9248B	Unidade	12		R\$ -
10	CAVADEIRA RETA COM CABO DE 150CM	Unidade	2		R\$ -
11	SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA BG86 4241-200-0003 STIHL	Unidade	3		R\$ -
12	CARRO COLETOR DE LIXO - 240L	Unidade	3		R\$ -
				<b>Valor Total Anual</b>	<b>R\$ -</b>
				<b>Depreciação Anual (10%)</b>	<b>R\$ -</b>
				<b>Valor Mensal da Taxa de Depreciação</b>	<b>R\$ -</b>
				<b>Valor Mensal por Empregado</b>	<b>R\$ -</b>